



Ministério da Educação – MEC  
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL  
Pró-reitora Administrativa - PRA  
Coordenação de Finanças e Contabilidade – CFC  
Contadoria Geral - CONTGER

## **RELATÓRIO CONTÁBIL**

**2024**

*Demonstrações Contábeis*

*Notas Explicativas*

**REITORA UFPEL**

Isabela Fernandes Andrade - Gestão 2021/2024

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Ricardo Hartlebem Peter - Gestão 2021/2024

**COORDENADORA DA COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE- CFC**

Fernanda e Silva Rodrigues

**CONTADOR GERAL DA UFPEL**

Leonardo Pinto Ortiz  
CRC RS 089096

**CHEFE NÚCLEO FINANCEIRO – NUFINC**

Cristiane Medianeira Canabarro Flores Hubner

**CHEFE SEÇÃO CONTÁBIL - SCONT**

Giovani Luiz Garcia Costantini  
CRC RS 082667

**CHEFE SEÇÃO DE ANÁLISE E REGISTRO CONTÁBIL DOS CONTRATOS – SARCC**

Alexandre Doro Bittencourt  
CRC RS 082170

**CHEFE SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA – SLD**

Renato Brasil Kourrowski

**CHEFE SEÇÃO DE PAGAMENTOS - SPAG**

Gabriel Monteblanco Leal

**CHEFE SEÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS - SDP**

Anderson Chollet

**CONTATO CFC**

cfc@ufpel.edu.br

<b>1. DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>5</b>
2.1    Balanço Patrimonial .....	5
2.2    Balanço Orçamentário .....	8
2.3    Balanço Financeiro .....	11
2.4    Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	13
2.5    Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	15
<b>3. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO .....</b>	<b>17</b>
3.1    Contexto Operacional .....	17
3.2    Estrutura Organizacional da UFPEL.....	17
3.3    Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis .....	18
3.4    Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	19
<b>4. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>22</b>
4.1    Notas Explicativas do Balanço Patrimonial .....	22
4.2    Notas Explicativas do Balanço Orçamentário .....	31
4.3    Notas Explicativas do Balanço Financeiro .....	41
4.4    Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	46
4.5    Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC.....	52



## 1. DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR - COM RESTRIÇÃO

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2024 e suas notas explicativas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 10° edição) e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos aspectos mencionados a seguir.

- a) Falta de avaliação dos bens móveis: no que tange a avaliação/reavaliação do ativo imobilizado do órgão, apenas os bens imóveis estão com saldo atualizado devido a reavaliação efetuada em outubro de 2022. Quanto aos bens móveis, não houve reavaliação em 2024, estando assim, em desconformidade com a Portaria nº 548 da STN de setembro de 2015;
- b) Saldo contábil dos bens móveis não confere com o Relatório Mensal de Bens (RMB): a divergência é devido a falhas no sistema de controle patrimonial utilizado pela instituição, o qual registra as informações dos bens móveis. A diferença líquida é de aproximadamente R\$ 16 mil a menor em relação ao saldo contábil. O registro da depreciação dos bens móveis ocorreu até maio de 2015, sendo calculada sobre a reavaliação/redução a valor recuperável dos veículos de tração mecânica, embarcações e aeronaves. Quanto aos demais bens móveis, a depreciação foi calculada somente sobre os valores dos bens adquiridos a partir de 2010.
- c) Implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) realizada parcialmente até a data de 31/12/2024, data posterior à prevista pela Portaria nº 232/2020 do Ministério da Economia: o uso efetivo do SIADS pela UFPEL ocorreu em abril de 2023 limitada ao gerenciamento das informações de Almoxarifado. Sobre os itens dos bens móveis, a Coordenação de Material e Patrimônio realizou inventário dos bens nas unidades do órgão e está analisando os resultados. Devido a alteração da Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020 pela Portaria ME nº 3.478, que estendeu o prazo máximo de implantação do SIADS para 1º de julho de 2023. A UFPEL optou por promover melhorias na organização dos itens que compõem os bens móveis para finalizar a implantação do SIADS com o mínimo de pendências possíveis.
- d) Falta de registro depreciação do Ativo Imobilizado relativo aos bens móveis desde junho de 2015: Devido a inconsistências nos cálculos da depreciação efetuados pelo sistema de controle patrimonial utilizado pela UFPEL, o registro da depreciação dos bens móveis ocorreu até maio de 2015, sendo calculada sobre a reavaliação/redução a valor recuperável dos veículos de tração mecânica, embarcações e aeronaves. Quanto aos demais bens móveis, o cálculo ocorreu somente sobre os valores dos bens adquiridos a partir de 2010 já mencionado anteriormente.
- e) Saldo de convênios registram valores a comprovar de instrumentos com data expirada na unidade gestora UFPEL pelo montante aproximado de R\$ 73,5 milhões. Isso corresponde a 25 convênios que estão aguardando registro de comprovação de valores.
- f) Valores de Temo de Execução Descentralizada (TED) a comprovar: registro de comprovação de valores com data expirada no montante aproximado de R\$ 12 milhões. Esse montante corresponde a 14 TED's, sendo 13 pertencentes a unidade gestora da UFPEL e 1 da unidade do Hospital Escola, cujo prazo de prestação de contas encontram-se vencidos a mais de 180 dias;



Cabe salientar que a presente declaração foi elaborada com base na análise dos demonstrativos e dos auditores contábeis mediante monitoramento e acompanhamento permanente por esta Contadoria Geral (CONTGER), bem como pela valiosa contribuição da Seção Contábil (SCONT).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Pelotas, RS 31 de janeiro de 2024.

## 2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das Notas Explicativas (NE) foi realizada com base na revisão analítica, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades gestoras vinculadas a UFPEL, por meio da análise horizontal (AH) e análise vertical (AV) e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros – análise cruzada).

### 2.1 Balanço Patrimonial

ATIVO		NE	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO				
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>94.977.964,43</b>	<b>98.679.507,32</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	<a href="#">01</a>	72.235.957,43	64.748.832,69	
Créditos a Curto Prazo	<a href="#">02</a>	8.776.772,93	23.325.432,74	
Demais Créditos e Valores		8.776.772,93	23.325.432,74	
Demais Créditos e Valores		8.776.772,93	-	
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo		-	-	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	
Estoques		436.678,39	511.711,14	
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	
VPDs Pagas Antecipadamente	<a href="#">03</a>	13.528.555,68	10.093.530,75	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>1.012.896.526,12</b>	<b>1.001.979.713,64</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo		97.346,71	97.346,71	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		97.346,71	97.346,71	
Estoques		-	-	
Investimentos		-	-	
Participações Permanentes		-	-	
Propriedades para Investimento		-	-	
Propriedades para Investimento		-	-	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	
Demais Investimentos Permanentes		-	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-	
<b>Imobilizado</b>	<a href="#">04</a>	1.012.283.819,11	1.001.371.744,63	
Bens Móveis		175.953.027,82	173.065.391,08	



Bens Móveis		190.083.186,38	187.201.245,73
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-14.130.158,56	-14.135.854,65
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		836.330.791,29	828.306.353,55
Bens Imóveis		836.971.604,78	828.529.371,54
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-640.813,49	-223.017,99
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-
<b>Intangível</b>	<b>05</b>	<b>515.360,30</b>	<b>510.622,30</b>
Softwares		515.360,30	510.622,30
Softwares		515.360,30	510.622,30
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
Direitos de Uso de Imóveis		-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-
Patrimônio Cultural		-	-
Patrimônio Cultural		-	-
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural		-	-
<b>Diferido</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.107.874.490,55</b>	<b>1.100.659.220,96</b>

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>196.108.693,77</b>	<b>189.270.329,54</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		56.874.727,73	54.794.050,71
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<b>06</b>	<b>873.741,12</b>	<b>9.267.898,04</b>
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		501.200,12	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		137.859.024,80	125.208.380,79
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.389.685,60</b>	<b>3.873.926,40</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		3.389.685,60	3.873.926,40
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>199.498.379,37</b>	<b>193.144.255,94</b>



PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
<b>Reservas de Capital</b>		-	-
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>		-	-
<b>Reservas de Lucros</b>		-	-
Demais Reservas		355.599.992,82	349.352.450,29
<b>Resultados Acumulados</b>		552.776.118,36	558.162.514,73
Resultado do Exercício		14.074.244,25	-18.969.984,49
Resultados de Exercícios Anteriores		558.162.514,73	586.870.270,97
Ajustes de Exercícios Anteriores	07	-19.460.640,62	-9.737.771,75
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>908.376.111,18</b>	<b>907.514.965,02</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.107.874.490,55</b>	<b>1.100.659.220,96</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	72.235.957,43	64.748.832,69	PASSIVO FINANCEIRO	118.164.819,25	128.435.929,76
ATIVO PERMANENTE	1.035.638.533,12	1.035.910.388,27	PASSIVO PERMANENTE	102.716.658,14	95.948.181,04
			SALDO PATRIMONIAL	886.993.013,16	876.275.110,16

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO	PASSIVO		2024	2023
	ESPECIFICAÇÃO	NE		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>			
Atos Potenciais Ativos	Atos Potenciais Passivos		156.704.266,35	104.140.950,00
Garantias e Contragarantias Recebidas	Garantias e Contragarantias Concedidas		156.704.266,35	104.140.950,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		-	-
Direitos Contratuais	Obrigações Contratuais		1.950.715,71	2.407.613,27
Outros Atos Potenciais Ativos	Outros Atos Potenciais Passivos	08	154.753.550,64	101.733.336,73
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>		<b>156.704.266,35</b>	<b>104.140.950,00</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-33.732.710,73</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-12.196.151,09</b>
Educação	-1.809.009,36
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.888.756,33
Previdência Social (RPPS)	-6.528.761,95
Dívida Pública	-1.334.841,62
Fundos, Órgãos e Programas	-634.781,83
<b>TOTAL</b>	<b>-45.928.861,82</b>



## 2.2 Balanço Orçamentário

Período: 2024

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>09</b>	<b>1.669.543,00</b>	<b>1.669.543,00</b>	<b>1.431.054,60</b>	<b>-238.488,40</b>
<b>Receitas Tributárias</b>					
Impostos		-	-	-	-
Taxes		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>					
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>		<b>204.763,00</b>	<b>204.763,00</b>	<b>239.156,03</b>	<b>34.393,03</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		189.004,00	189.004,00	234.319,30	45.315,30
Valores Mobiliários		15.759,00	15.759,00	4.836,73	-10.922,27
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>		<b>10.908,00</b>	<b>10.908,00</b>	<b>210,00</b>	<b>-10.698,00</b>
<b>Receita Industrial</b>		-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>		<b>1.184.404,00</b>	<b>1.184.404,00</b>	<b>917.731,84</b>	<b>-266.672,16</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		1.184.404,00	1.184.404,00	917.731,84	-266.672,16
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>		<b>183.519,00</b>	<b>183.519,00</b>	<b>105.218,89</b>	<b>-78.300,11</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>		<b>85.949,00</b>	<b>85.949,00</b>	<b>168.737,84</b>	<b>82.788,84</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		85.949,00	85.949,00	122.636,43	36.687,43
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	46.101,41	46.101,41
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>1.921.017,00</b>	<b>1.921.017,00</b>	<b>464.836,69</b>	<b>-1.456.180,31</b>
<b>Operações de Crédito</b>		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>		<b>821.017,00</b>	<b>821.017,00</b>	<b>464.836,69</b>	<b>-356.180,31</b>
Alienação de Bens Móveis		821.017,00	821.017,00	464.836,69	-356.180,31
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>		-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>		<b>1.100.000,00</b>	<b>1.100.000,00</b>	-	<b>-1.100.000,00</b>
<b>Outras Receitas de Capital</b>		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-



Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		<b>3.590.560,00</b>	<b>3.590.560,00</b>	<b>1.895.891,29</b>	<b>-1.694.668,71</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobilária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobilária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>3.590.560,00</b>	<b>3.590.560,00</b>	<b>1.895.891,29</b>	<b>-1.694.668,71</b>
<b>DEFÍCIT</b>	<b>10</b>			<b>1.015.098.246,94</b>	<b>1.015.098.246,94</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.590.560,00</b>	<b>3.590.560,00</b>	<b>1.016.994.138,23</b>	<b>1.013.403.578,23</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	<b>11</b>	-	<b>39.364.346,00</b>		<b>-39.364.346,00</b>
Superávit Financeiro		-	2.105.001,00		-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	37.259.345,00	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>965.582.306,00</b>	<b>1.002.561.263,00</b>	<b>1.010.699.846,58</b>	<b>1.002.666.700,82</b>	<b>910.793.542,10</b>	<b>-8.138.583,58</b>
Pessoal e Encargos Sociais		853.080.084,00	870.291.059,00	861.585.817,41	861.585.817,41	777.546.051,44	8.705.241,59
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		112.502.222,00	132.270.204,00	149.114.029,17	141.080.883,41	133.247.490,66	16.843.825,17
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>5.245.007,00</b>	<b>7.630.396,00</b>	<b>6.294.291,65</b>	<b>1.798.748,71</b>	<b>1.786.873,17</b>	<b>1.336.104,35</b>
Investimentos		5.245.007,00	7.630.396,00	6.294.291,65	1.798.748,71	1.786.873,17	1.336.104,35
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>970.827.313,00</b>	<b>1.010.191.659,00</b>	<b>1.016.994.138,23</b>	<b>1.004.465.449,53</b>	<b>912.580.415,27</b>	<b>-6.802.479,23</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>970.827.313,00</b>	<b>1.010.191.659,00</b>	<b>1.016.994.138,23</b>	<b>1.004.465.449,53</b>	<b>912.580.415,27</b>	<b>-6.802.479,23</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>970.827.313,00</b>	<b>1.010.191.659,00</b>	<b>1.016.994.138,23</b>	<b>1.004.465.449,53</b>	<b>912.580.415,27</b>	<b>-6.802.479,23</b>



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – NE 13

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		727.314,39	16.235.172,51	16.280.000,73	16.279.449,99	265.856,24	417.180,67
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		727.314,39	16.235.172,51	16.280.000,73	16.279.449,99	265.856,24	417.180,67
DESPESAS DE CAPITAL		9.331.202,72	4.946.165,24	4.817.481,50	4.789.796,21	1.019.610,47	8.467.961,28
Investimentos		9.331.202,72	4.946.165,24	4.817.481,50	4.789.796,21	1.019.610,47	8.467.961,28
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>10.058.517,11</b>	<b>21.181.337,75</b>	<b>21.097.482,23</b>	<b>21.069.246,20</b>	<b>1.285.466,71</b>	<b>8.885.141,95</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	35.767,48	96.409.762,24	94.191.565,36	2.252.034,56	1.929,80
Pessoal e Encargos Sociais	-	83.036.647,82	80.818.450,94	2.218.196,88	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	35.767,48	13.373.114,42	13.373.114,42	33.837,68	1.929,80
DESPESAS DE CAPITAL	-	684.457,11	684.457,11	-	-
Investimentos	-	684.457,11	684.457,11	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>35.767,48</b>	<b>97.094.219,35</b>	<b>94.876.022,47</b>	<b>2.252.034,56</b>	<b>1.929,80</b>



## 2.3 Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>1.895.891,29</b>	<b>2.467.334,66</b>
<b>Ordinárias</b>		-	-
<b>Vinculadas</b>		<b>1.929.676,96</b>	<b>2.624.470,24</b>
Educação		8.283,35	189.907,01
Seguridade Social (Exceto Previdência)			1.656,00
Previdência Social (RPPS)		-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.921.393,61	2.432.907,23
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		<b>-33.785,67</b>	<b>-157.135,58</b>
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>1.062.351.964,67</b>	<b>954.920.539,24</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		1.006.466.136,87	941.389.428,42
Repasso Recebido		976.202.371,81	910.042.516,27
Sub-repasso Recebido		30.263.765,06	31.346.912,15
Independentes da Execução Orçamentária		55.885.827,80	13.531.110,82
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		29.040.986,85	11.003.623,74
Demais Transferências Recebidas		2.088.290,35	2.084.829,85
Movimentação de Saldos Patrimoniais		24.756.550,60	442.657,23
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>112.405.123,45</b>	<b>118.932.522,10</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		91.885.034,26	96.460.192,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		12.528.688,70	21.181.337,75
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.418.549,93	238.608,56
Outros Recebimentos Extraorçamentários		572.850,56	1.052.383,32
Arrecadação de Outra Unidade		572.850,56	1.052.383,32
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>64.748.832,69</b>	<b>58.593.612,54</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		64.748.832,69	58.593.612,54
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>1.241.401.812,10</b>	<b>1.134.914.008,54</b>



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
<b>Despesas Orçamentárias</b>		1.016.994.138,23	967.922.597,15
Ordinárias		761.695.930,49	693.352.434,53
Vinculadas		255.298.207,74	274.570.162,62
Educação		4.974.566,68	
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.077.934,72	245.753.008,64
Previdência Social (RPPS)		242.850.266,89	-
Dívida Pública			25.921.855,99
Recursos Vinculados a Fundos, Órgaos e Programas		3.395.439,45	2.895.297,99
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		33.605.619,61	34.742.352,83
Resultantes da Execução Orçamentária		30.407.444,34	31.394.848,46
Repasso Concedido		121.217,31	47.936,31
Sub-repasso Concedido		30.263.765,06	31.346.912,15
Repasso Devolvido		22.461,97	
Independentes da Execução Orçamentária		3.198.175,27	3.347.504,37
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		24.808,03	1.530,56
Demais Transferências Concedidas		2.591.483,33	2.084.829,85
Movimento de Saldos Patrimoniais		581.883,91	1.261.143,96
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		118.566.096,83	67.500.225,87
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		94.876.022,47	59.078.954,06
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		21.069.246,20	8.105.660,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.620.613,46	312.698,40
Outros Pagamentos Extraorçamentários		214,70	2.912,84
Demais Pagamentos		214,70	2.912,84
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		72.235.957,43	64.748.832,69
Caixa e Equivalentes de Caixa		72.235.957,43	64.748.832,69
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>1.241.401.812,10</b>	<b>1.134.914.008,54</b>



## 2.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2024	2023
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>16</b>	<b>1.106.053.443,79</b>	<b>971.728.587,49</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		<b>1.176.549,70</b>	<b>1.924.585,56</b>
Venda de Mercadorias		2.120,00	6.674,84
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.174.429,70	1.917.910,72
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		<b>99.432,60</b>	<b>29.130,89</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		3.566,26	169,95
Variações Monetárias e Cambiais		91.307,71	13.051,91
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		4.558,63	15.909,03
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		<b>1.065.251.602,75</b>	<b>959.321.549,10</b>
Transferências Intragovernamentais		1.062.351.964,67	954.920.539,24
Transferências Intergovernamentais		94.718,88	86.825,64
Transferências das Instituições Privadas		8.823,69	41.000,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		1.676,32	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.794.419,19	4.273.184,22
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		<b>38.727.717,23</b>	<b>9.031.006,74</b>
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	13.540,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		7.792,24	809.862,24
Ganhos com Desincorporação de Passivos		38.719.924,99	8.207.604,50
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		<b>798.141,51</b>	<b>1.422.315,20</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		798.141,51	1.422.315,20
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>17</b>	<b>1.091.979.199,54</b>	<b>990.698.571,98</b>
Pessoal e Encargos		<b>610.052.085,02</b>	<b>567.106.584,85</b>
Remuneração a Pessoal		472.218.232,61	445.001.993,57
Encargos Patronais		105.703.973,44	100.752.409,96



Benefícios a Pessoal	32.119.729,84	21.334.211,35
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	10.149,13	17.969,97
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>294.306.390,39</b>	<b>280.421.966,10</b>
Aposentadorias e Reformas	242.100.872,09	233.149.695,86
Pensões	41.872.199,41	39.724.126,78
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.333.318,89	7.548.143,46
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>74.368.674,34</b>	<b>56.828.179,81</b>
Uso de Material de Consumo	4.630.003,92	5.044.831,90
Serviços	69.298.131,93	51.593.009,36
Depreciação, Amortização e Exaustão	440.538,49	190.338,55
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>2.729.483,54</b>	<b>2.416.210,91</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.887.944,99	1.622.026,24
Variações Monetárias e Cambiais	817.255,44	782.341,63
Descontos Financeiros Concedidos	24.283,11	11.843,04
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>36.571.999,98</b>	<b>38.028.727,99</b>
Transferências Intragovernamentais	33.605.834,31	34.745.265,67
Transferências Intergovernamentais	576.007,89	2.457.600,00
Transferências a Instituições Privadas	100.729,71	97.979,17
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	49.385,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.240.043,07	727.883,15
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>47.702.205,18</b>	<b>25.666.455,53</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	407.971,81	-
Perdas Involuntárias	833.425,16	461.348,43
Incorporação de Passivos	45.927.143,48	24.702.800,73
Desincorporação de Ativos	533.664,73	502.306,37
<b>Tributárias</b>	<b>1.518.596,28</b>	<b>1.397.641,40</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.680,35	23.744,61
Contribuições	1.457.915,93	1.373.896,79
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>24.729.764,81</b>	<b>18.832.805,39</b>
Premiações	129.230,77	10.769,23
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	24.535.722,92	18.750.230,12
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	64.811,12	71.806,04
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>18</b>	<b>14.074.244,25</b>
		<b>-18.969.984,49</b>



## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	NE	2024	2023
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>14.283.414,54</b>	<b>14.140.653,61</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>19</b>	<b>1.071.774.419,76</b>	<b>958.633.205,78</b>
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		234.319,30	147.525,47
Receita Agropecuária		210,00	2.184,84
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		917.731,84	1.757.758,14
Remuneração das Disponibilidades		4.836,73	16.448,69
Outras Receitas Derivadas e Originárias		168.737,84	369.931,88
Transferências Recebidas		105.218,89	127.825,64
Intergovernamentais		94.718,88	86.825,64
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		94.718,88	86.825,64
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		10.500,01	41.000,00
Outros Ingressos Operacionais		1.070.343.365,16	956.211.531,12
Ingressos Extraorçamentários		7.418.549,93	238.608,56
Transferências Financeiras Recebidas		1.062.351.964,67	954.920.539,24
Arrecadação de Outra Unidade		572.850,56	1.052.383,32
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>20</b>	<b>-1.057.491.005,22</b>	<b>-944.492.552,17</b>
Pessoal e Demais Despesas		<b>-916.411.322,24</b>	<b>-806.181.475,81</b>
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-11.651,80	-3.300,42
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-282.715.809,89	-264.167.579,76
Saúde		-9.076.510,52	-1.587.658,63
Trabalho		-	-
Educação		-612.054.004,07	-536.246.238,78
Cultura		-550.000,00	-2.500.515,94
Direitos da Cidadania		-380.764,73	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-563.437,33
Ciência e Tecnologia		-297.565,94	-517.224,34
Agricultura		-9.778.006,83	-
Organização Agrária		-572.193,38	-230.000,00



Indústria		-	-3.600,48
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-600.000,00	-
Encargos Especiais		-374.815,08	-361.920,13
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
<b>Transferências Concedidas</b>		-104.853.235,21	-103.253.112,29
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-104.661.120,50	-100.361.277,12
Outras Transferências Concedidas		-192.114,71	-2.891.835,17
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		-36.226.447,77	-35.057.964,07
Dispêndios Extraorçamentários		-2.620.613,46	-312.698,40
Transferências Financeiras Concedidas		-33.605.619,61	-34.742.352,83
Demais Pagamentos		-214,70	-2.912,84
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-6.796.289,80</b>	<b>-7.985.433,46</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>464.836,69</b>	<b>45.660,00</b>
Alienação de Bens		464.836,69	45.660,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-7.261.126,49</b>	<b>-8.031.093,46</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-7.256.388,49	-8.007.784,46
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-4.738,00	-23.309,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>7.487.124,74</b>	<b>6.155.220,15</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>64.748.832,69</b>	<b>58.593.612,54</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>21</b>	<b>72.235.957,43</b>	<b>64.748.832,69</b>

### 3. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO

#### 3.1 Contexto Operacional

Localizada no Sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre, capital do Estado, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) foi criada pelo Decreto-lei nº 750, de 08 de agosto de 1969, é uma Fundação de Direito Público, dotada de personalidade jurídica como órgão da administração federal indireta, com autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar, de duração ilimitada, com sede e foro jurídico no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

A Universidade Federal de Pelotas tem, como objetivo fundamental, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional e pós-graduada em nível universitário, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter a sua natureza orgânica, social e comunitária:

- a) como instituição orgânica, assegurando perfeita integração e intercomunicação de seus elementos constitutivos;
- b) como instituição social, pondo-se a serviço do desenvolvimento e das aspirações coletivas;
- c) como instituição comunitária, contribuindo para o estabelecimento de condições de convivência, segundo os princípios de liberdade, justiça e respeito aos direitos e demais valores humanos.

Tem como missão, proporcionar formação pessoal e profissional, sócio-referenciada, construindo criticamente e difundindo conhecimentos universais que garantam o acesso à ciência e à cultura, com respeito à diversidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e orientada pela perspectiva da inclusão e da sustentabilidade socioambiental. Ressalta-se que como universidade pública, autônoma e gratuita, busca ser reconhecida pela qualidade da formação acadêmica e da produção do conhecimento, comprometida com a diversidade, a inclusão, a justiça social, a inovação e a responsabilidade ambiental, sendo relevante regional, nacional e internacionalmente.

Oferece atualmente 98 cursos de graduação, 45 cursos de especialização, 50 cursos de mestrado e 34 de doutorado distribuídos em 22 unidades acadêmicas (7 Centros Acadêmicos, 4 Institutos Básicos, 11 Faculdades, 1 Escola Superior de Educação Física e 1 Divisão de Esporte). Nesse contexto, possui cursos de mestrado e/ou doutorado em todas as áreas do conhecimento: ciências exatas e ciências da terra, ciências biológicas, engenharias, ciências agrárias, ciências da saúde, ciências sociais, ciências humanas, direito, letras e artes, contando também com cursos com atuação multidisciplinar.

#### 3.2 Estrutura Organizacional da UFPEL

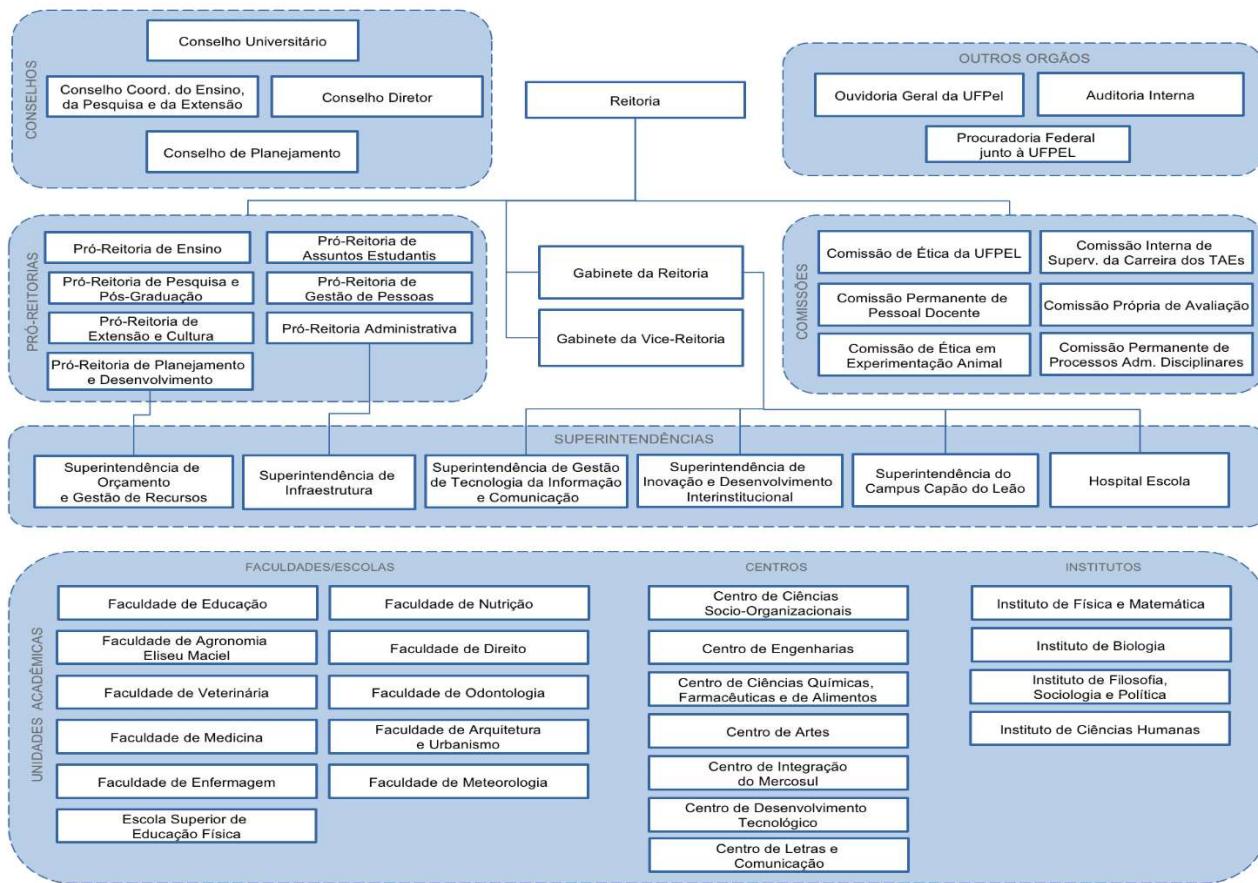
A estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas está prevista no seu Estatuto e Regimento. Compõem a Universidade a Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos Suplementares.

Os órgãos da Administração Superior da Universidade são o Conselho Diretor da Fundação (CONDIR), o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão (COCEPE), Conselho de Planejamento da UFPel (COPLAN-UFPel) e a Reitoria. O Conselho Universitário é o órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa. Já Conselho Diretor que se constitui em órgão angariador de recursos, supervisor da gestão econômico-financeira e responsável principal pelas relações entre a Universidade e a Comunidade. O COCEPE é órgão central de supervisão do ensino e da pesquisa com funções consultiva, normativa e deliberativa.

No que tange a Reitoria, exercida pelo Reitor (a), é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias, cabendo-lhe a competência que não seja privativa dos demais órgãos. Esta unidade compreende os Gabinete do Reitor e Vice-Reitor, as Pró-Reitorias e também as Comissões. Ressalta-se, que a UFPel criou no ano de 2018, através da Resolução nº 10, de 22 de agosto de 2018 do CONSUN, o Conselho de Planejamento da UFPel (COPLAN). Este novo Conselho é constituído como órgão consultivo e propositivo da Universidade e se responsabiliza por refletir e planejar o futuro da instituição. Por fim, as unidades acadêmicas são organizadas em Faculdades e Escolas, Institutos ou Centros e são onde os departamentos e cursos, tanto de graduação como pós-graduação, estão localizados onde as

atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e o desenvolvimento tecnológico) da instituição são desenvolvidas. A Figura 1, abaixo, apresenta uma visão geral do organograma com a estrutura organizacional da instituição.

**Figura 1 – Estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas**



**Fonte:** <https://institucional.ufpel.edu.br/unidades/#organograma>

### 3.3 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Hospital Escola da UFPEL (HE).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- VI. Notas Explanatórias (NE)

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

### **3.4 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFPEL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

#### **(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

#### **(b) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### **(c) Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### **(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

#### **(e) Estoques**

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

#### **(f) Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliamos, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

#### (m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

#### **(3) Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Essa, evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFPEL e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para UFPEL, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público oferecido promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

#### **(2) Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

#### **(3) Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro (BF), é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa,

gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

#### 4. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

##### 4.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

###### Nota 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo de contas com maior relevância no Ativo Circulante é "Caixa e Equivalente de Caixa". Nesse grupo estão registrados os valores em caixa, bancos, bem como equivalentes e representam recursos com livre movimentação para aplicações nas operações da entidade e para os quais não haja restrições de uso imediato.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo de conta Caixa e Equivalente de Caixa:

**Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição R\$ 1,00**

CONTA CONTÁBIL	2024	2023	AH%
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	32.651,93	159.659,10	(79,55)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	1.530,00	1.530,00	0,00
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	13.507,35	64.558,07	(79,08)
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	3.895.065,42	3.091.052,97	26,01
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	63.444.215,54	61.432.032,55	3,28
GARANTIAS	4.848.987,19	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>72.235.957,43</b>	<b>64.748.832,69</b>	<b>11,56</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

No encerramento de 2024, o saldo do grupo de contas "Caixa e Equivalente de Caixa" apresenta expansão de 11,56% em relação ao exercício de 2023. Tal variação positiva é influenciada pela evidenciação de R\$ 4,8 milhões em garantias, oriundas de saldos de verbas trabalhistas em contas vinculadas retidas de empresas terceirizadas conforme orientação do acórdão nº 2.717/2023 do TCU. Ademais, regista-se aumento de 3,28% do saldo da conta "Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – Ordem Pgto. - OFSS" no período.

Cabe frisar que a conta contábil "Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento - Ordem de Pgto. OFSS" representa 87,82% dos recursos financeiros que compõem o grupo "Caixa e Equivalente de Caixa". Aproximadamente R\$ 62 milhões desses recursos financeiros estão vinculados, sobretudo, ao pagamento de pessoal referente à competência de dezembro de 2024, como observa-se no saldo do passivo com obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, que totalizam cerca de R\$ 56 milhões.

Apesar do pagamento da folha de pessoal ocorrer em dezembro de 2024, a sistemática de emissão de Ordens de Pagamento (OP) implementada em 2018 pela STN, realiza a contabilização do pagamento (emissão de ordem bancária - OB) somente no dia seguinte ao da ordem de pagamento (OP) da folha de pessoal. Logo, a baixa do saldo do passivo com obrigações trabalhistas, bem como da conta de limite de saque, é registrada somente no mês subsequente à geração da OP.

Devido a essa sistemática de emissão de ordens bancárias, tanto o passivo circulante - especialmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar de curto prazo - quanto o ativo circulante na conta de caixa e equivalente de caixa ficam com seus saldos superavaliamados no término de cada mês.

###### Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O grupo de contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, comprehende o conjunto de contas de diretos a receber pelo adiantamento de valores a título de 13º salário, adiantamento de férias, suprimento de fundos e

adiantamentos a terceiros, incluindo adiantamento a fornecedores. Também são registrados nesse grupo de contas os valores a receber decorrentes de infrações e penalidade contratual devida pelos fornecedores.

Em 2024 observa-se diminuição de 62,37% no saldo do grupo de Demais Créditos e Valores, movimento que está associado, principalmente, a rubricas relativas ao gasto com pessoal. A seguir é apresentada tabela com a composição do respectivo grupo.

**Tabela 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição R\$ 1,00**

Conta Contábil	2024	2023	AH%
13 SALARIO – ADIANTAMENTO	5.178.852,42	5.377.407,29	(3,69)
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	2.573.539,69	16.845.044,77	(84,72)
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	583.723,32	660.020,58	(11,56)
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	86.648,57	86.648,57	0,00
CRED A REC DE RESPONSAVEIS POR DANO/PERDA	123.046,97	-	-
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	124.371,69	124.371,69	-
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	106.541,23	152.947,71	(30,34)
REMUNERACAO RECURSOS APLIC NA CTU A RECEBER	49,04	327,14	(85,01)
CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	-	78.664,99	(100,00)
<b>Total</b>	<b>8.776.772,93</b>	<b>23.325.432,74</b>	<b>(62,37)</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

De acordo com a tabela 02 a retração líquida de 14 milhões no saldo do grupo de Créditos e Valores a Curto Prazo em 2024 é atribuída a diminuição de 84,72% no saldo de “Adiantamento de Férias”, tendo em vista a baixa integral nos seus saldos em conformidade com a Macrofunção SIAFI nº 021142 – Folha de Pagamento, que exige confronto mensal entre os saldos das contas de ativo e passivo do 13º salário e Férias.

Cabe destacar que o pagamento do adiantamento de férias dos servidores federais estatutários, com exceção do período aquisitivo dos 12 meses do primeiro ano de exercício funcional, o servidor pode gozar férias a partir de janeiro de cada exercício. Assim, a administração Pública pode conceder ao servidor adiantamento de férias, que corresponde a 1/3 constitucional e o adiantamento da remuneração em período de férias.

### Nota 03 – VPD's Pagas Antecipadamente

O grupo “VPD's Pagas Antecipadamente” representa 20,94% do saldo do Ativo Circulante. Na tabela a seguir é descrevida a composição desse grupo de ativos.

**Tabela 03 – VPD's Pagas Antecipadamente – Composição R\$ 1,00**

CONTA CONTÁBIL	2024	2023	AH%
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR - CONSOLIDACAO	8.716,95	8.406,75	3,69
VPD DE SERVICOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	13.519.838,73	10.085.124,00	34,06
<b>TOTAL</b>	<b>13.528.555,68</b>	<b>10.093.530,75</b>	<b>34,03</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

A tabela 03 indica evolução de 34,03% no saldo do grupo de VPD's Pagas Antecipadamente no exercício de 2024 em relação ao final do exercício anterior. O aumento nesse grupo de contas é atribuído a VPD de serviços pagos antecipadamente, dada sua variação positiva de 34,03% no período.

Nesse sentido, o saldo de aproximadamente R\$ 13,5 milhões é majoritariamente relativo aos contratos firmados com a Fundação Delfim Mendes Silveira para apoio na gestão financeira e administrativa de projetos de pesquisa. Até o término de 2024 foram executados 18 contratos, que totalizam um montante de R\$ 16 milhões além do saldo de R\$ 10 milhões do saldo de contratos de 2023. Com isso, R\$ 11,8 milhões já estão apropriados na Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), restando cerca de R\$ 13,5 milhões a serem apropriados ao longo da vigência dos contratos.

### Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Nesse contexto, no ano de 2024 a Universidade Federal de Pelotas registrou um saldo aproximado de R\$ 1 bilhão relacionados a ativo imobilizado, desse total, 82,62% estão alocados em bens imóveis e 17,38% em bens móveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado nos exercícios de 2024 e 2023.

**Tabela 4 – Imobilizado – Composição R\$ 1,00**

IMOBILIZADO	2024	2023	AH%
<b>Bens Móveis</b>	<b>175.953.027,82</b>	<b>173.065.391,08</b>	<b>1,67</b>
(+) Valor Bruto Contábil	190.083.186,38	187.201.245,73	1,54
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.130.158,56	-14.135.854,65	-0,04
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
<b>Bens Imóveis</b>	<b>836.330.791,29</b>	<b>828.306.353,55</b>	<b>0,97</b>
(+) Valor Bruto Contábil	836.971.604,78	828.529.371,54	1,02
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-640.813,49	-223.017,99	187,34
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.012.283.819,11</b>	<b>1.001.371.744,63</b>	<b>1,09</b>

Fonte: SIAFI 2024.

Com base na tabela 4, constata-se aumento no saldo do imobilizado da ordem de 1,09%, representando acréscimo líquido de aproximadamente R\$ 10,9 milhões no ano de 2024 em relação ao exercício de 2023. O aumento de R\$ 8,4 milhões com a formação de bens imóveis é o principal fator contribuiu para o aumento do grupo de imobilizado. Os bens móveis também apresentam crescimento, com variação positiva de 1,54%, colaborando para a expansão patrimonial no período. A seguir, o grupo de bens móveis é melhor detalhado.

### Bens Móveis

Os bens móveis contabilizados na UFPEL ao término de 2024 perfazem um valor bruto contábil de aproximadamente R\$ 190 milhões, acréscimo da ordem de R\$ 2,8 milhões em relação ao exercício de 2023. A composição do grupo de Bens Móveis está detalhada nas contas contábeis a seguir.

**Tabela 5 – Bens Móveis – Composição – composição R\$ 1,00**

BENS MÓVEIS	2024	2023	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	101.942.867,32	100.244.105,64	1,69
Bens de Informática	38.013.378,16	37.256.386,48	2,03
Móveis e Utensílios	22.183.338,34	21.471.533,51	3,32
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	14.857.551,67	14.707.309,47	1,02
Veículos	10.158.331,64	10.269.690,18	(1,08)
Peças e Conjuntos de Reposição	1.850,00	1.850,00	0,00
Bens Móveis em Andamento	2.613.331,84	2.921.852,89	(10,56)
Armamentos	3.670,01	3.670,01	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	157.282,65	157.282,65	0,00
Demais Bens Móveis	151.584,75	167.564,90	(9,54)
Depreciação / Amortização Acumulada	(14.130.158,56)	(14.135.854,65)	(0,04)
<b>Total</b>	<b>175.953.027,82</b>	<b>173.065.391,08</b>	<b>1,67</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

A tabela 5 indica que a variação líquida positiva de R\$ 2,8 milhões no saldo líquido dos bens móveis em 2024 é influenciada, principalmente, pelas aquisições com “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, dado que apresenta um acréscimo patrimonial de aproximadamente R\$ 1,6 milhão no ano de 2024 em comparação ao último exercício. Nesse sentido, destaca-se a aquisição com equipamentos e utensílios médicos, ontológicos, laboratoriais e hospitalares, que atingiram R\$ 1,6 milhão no período.

No tocante aos veículos, a redução líquida de 1,08% no saldo é oriunda de alienação de 21 veículos através de leilão ocorrido em agosto de 2024. A operação resultou na baixa do saldo contábil de R\$ 878 mil com veículos, uma arrecadação de aproximadamente R\$ 464 mil com deságio de R\$ 407 mil que refletiu em uma variação patrimonial diminutiva de perdas com alienação.

Em relação ao saldo de depreciação dos bens móveis, observa-se ausência de evolução no período, haja vista que o sistema patrimonial utilizado pela instituição para registro dos bens móveis, não efetua o cálculo de depreciação adequadamente. No exercício de 2015 foram registrados os últimos lançamentos de depreciação e nos anos posteriores não houve evidenciação, devido as falhas do sistema de registro patrimonial ao gerar as informações de depreciação dos bens móveis.

Em novembro de 2018 o Ministério do Planejamento institui a obrigatoriedade de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) para todos os órgãos da administração pública federal através da Portaria nº 385, de 28/11/2018, D.O.U 29/11/2018, seção I, página 85. Conforme Portaria, as Autarquias, Fundações e Empresas Públicas tiveram o prazo de dois anos para implantação do referido sistema. Isso foi reforçado pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020, que determinou a adoção do sistema até 01/12/2021 para as autarquias, fundações e empresas públicas dependentes.

Em 11 de maio de 2022, o Ministério da Economia por meio da Portaria ME nº 4.378 definiu o prazo máximo de 1º de julho de 2023 para que os órgãos e as entidades que ainda não tivesse implementado o SIADS, que adotassem as providências necessárias à sua implantação.

A UFPEL implantou parcialmente o SIADS para gerenciamento de informações de estoque em abril de 2023. Já os itens dos bens móveis, a Coordenação de Material e Patrimônio realizou inventário dos bens nas unidades do órgão e analisa os resultados obtidos. Desse modo, a UFPEL optou por promover melhorias na organização dos itens que compõem os bens móveis para finalizar a implantação do SIADS com o mínimo de pendências possíveis.

### Bens Imóveis

O saldo líquido dos Bens Imóveis da Universidade Federal de Pelotas em 2024 totaliza aproximadamente R\$ 828,9 milhões e estão elencados nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir:

**Tabela 6 – Bens Imóveis – Composição R\$ 1,00**

BENS IMÓVEIS	2024	2023	AH%
Bens de Uso Especial	818.323.062,25	813.638.975,28	0,58
Bens Imóveis em Andamento	17.347.149,15	13.700.738,80	26,61
Instalações	1.301.393,38	1.189.657,46	9,39
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(640.813,49)	(223.017,99)	187,34
<b>Total</b>	<b>836.330.791,29</b>	<b>828.306.353,55</b>	<b>0,97</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

De acordo com os dados apresentados na tabela 6 houve aumento de 0,97% no saldo dos bens imóveis em 2024 em relação ao ano de 2023, acréscimo de aproximadamente R\$ 8 milhões. Entre as contas mais relevantes deste grupo, destaca-se a categoria "Bens de Uso Especial", que atinge um montante de R\$ 818 milhões, respondendo por 97,85% do valor total dos bens imóveis registrados. Esse montante é composto por 48 propriedades, incluindo terrenos, prédios, museus, fazendas e outros bens imóveis utilizados para atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFPEL.

O grupo de contas "Bens de Uso Especial" apresentou crescimento no saldo de R\$ 4,8 milhões em comparação ao exercício anterior. Essa variação líquida positiva ocorreu pelo ganho com a valorização de imóveis reavaliados, que teve como contrapartida o aumento na Reserva de Reavaliação, pertencente ao grupo das Demais Reservas no Patrimônio Líquido.

Em relação a categoria "Bens Imóveis em Andamento", a qual evidencia as obras em andamento, projetos e instalações, registra-se aumento de 26,61% no saldo em 2024 em relação a 2023. Como principais fatores para essa evolução, destacam-se as execuções dos contratos 11/2022 relativo à obra do antigo Departamento

Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) (executado R\$ 847 mil) e contrato 53/2023 relativo à obra de reforma ao prédio adjacente ao centro de engenharias (executado R\$ 1 milhão).

#### **(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos detalhadamente no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023.

##### **(a.1) Reavaliação**

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; ou quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

##### **(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment***

A UFPEL não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo até a data base de 31/12/2024.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas detalhadamente no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN ([www.tesouro.gov.br](http://www.tesouro.gov.br)).

##### **(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo immobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

##### **(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de arquivo encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.



O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/03/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Nesse contexto, a UFPEL em 31/12/2024 apresenta saldo de R\$ 515.360,30 relacionados à bens intangíveis, composto integralmente por *softwares*.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

**Tabela 7 – Intangível – Composição R\$ 1,00**

UNIDADE GESTORA	CONTA CONTÁBIL	2024	2023	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Software com Vida Útil Indefinida	515.360,30	510.622,30	0,92

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

No intangível encontra-se contabilizado o item *Software com Vida Útil Indefinida*, que representa 100% do grupo, totalizando 55 *softwares* utilizados para diversas atividades realizadas na instituição. Dentre os *softwares* registrados neste grupo, o de maior relevância está contabilizado por um montante de R\$ 71.490,00, representando 13,87% do total do grupo e tem como função o gerenciamento do sistema de bibliotecas.

### Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

As instituições devem avaliar os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, deve-se realizar a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Na UFPEL não foram executados testes de *Impairment* no ativo intangível ao longo do exercício de 2024.

#### **Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar**

Em 2024 a Universidade Federal de Pelotas apresentou saldo de R\$ 4,2 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo 79,51% do total de obrigações a pagar de longo prazo e 20,49% de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela segregando-se as obrigações entre fornecedores nacionais e estrangeiros, bem como por circulante e não circulante.

**Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição R\$ 1,00**

	2024	2023	AH (%)
<b>Circulante</b>	<b>873.741,12</b>	<b>9.267.898,04</b>	<b>-90,57</b>
Nacionais	873.741,12	9.267.898,04	-90,57
Estrangeiros	-	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>3.389.685,60</b>	<b>3.873.926,40</b>	<b>-12,50</b>
Nacionais	3.389.685,60	3.873.926,40	-12,50
Estrangeiros	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.263.426,72</b>	<b>13.141.824,44</b>	<b>-67,56</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

A tabela 8 indica que o saldo geral dos fornecedores e contas a pagar apresenta redução de 67,56% ao final de 2024. O principal fator para essa diminuição são os fornecedores e contas a pagar de curto prazo, dado à redução de R\$ 8,3 milhões no saldo de fornecedores e contas a pagar no período.

A baixa no saldo de fornecedores a pagar pode ser atribuída, principalmente, ao pagamento de passivos contratuais com a Fundação Delfin Mendes Silveira, que ao término de 2023 somava R\$ 7,4 milhões de saldo a pagar enquanto que no exercício de 2024 não resta valores pendentes de pagamento para fundação de apoio.

No que tange aos fornecedores de longo prazo (Não Circulante) houve redução de 12,50% no período devido a transferências de parcelas do longo prazo para o curto prazo dos valores a pagar à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica conforme a sua exigibilidade e liquidez. A dívida junto a companhia de energia possui saldo aproximado de R\$ 3,3 milhões (sem atualizações monetária e juros).

Sobre a natureza do passivo com fornecedores de curto prazo a pagar, os maiores saldos estão concentrados com consumo de energia elétrica (74,71%), aluguéis de prédios (18,33%) e manutenção predial (3,39%).

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os quatro fornecedores mais significativos e o saldo a pagar no encerramento de 2024.

**Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor – composição R\$ 1,00**

FORNECEDORES	2024	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	4.042.486,97	74,71
ASSOCIACAO PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA	126.357,79	14,46
CANGURU PLASTICOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL	33.837,68	3,87
IGUACU DESENVOLVIMENTO LTDA	29.650,89	3,39
DEMAIS FORNECEDORES	31.093,39	3,56
<b>Total</b>	<b>4.263.426,72</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

Os fornecedores elencados na tabela 9 representam 93,05% do total das obrigações com terceiros a pagar, incluindo as obrigações de longo prazo. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA: Fornecimento de energia elétrica referente a exercícios anteriores conforme termo de acordo de dívida assinado em 08 de novembro 2012, pagamento de 240 parcelas mensais. Saldo amortizável de longo prazo e curto prazo;

(b) ASSOCIACAO PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA: valor devido ao fornecedor referente a locação do prédio localizado na rua Almirante Barroso, 1202, referente ao mês de dezembro de 2024, contrato 44/2016;

(c) CANGURU PLASTICOS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL: valor devido ao fornecedor referente a depósito judicial ordenado pela 1º Vara do Trabalho de Pelotas, reclamado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Pelotas no exercício de 2013;

(d) IGUACU DESENVOLVIMENTO LTDA: valor devido ao fornecedor referente a serviço continuado de manutenção predial e áreas externas, mês de novembro de 2024, contrato 51/2023.

#### Nota 07 - Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores

O Patrimônio Líquido ou situação patrimonial líquida pode ser compreendido como a diferença entre os ativos e passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Assim, a situação patrimonial líquida pode resultar em um montante positivo ou negativo. Outro ponto a destacar no patrimônio líquido, é o resultado obtido, que deve ser evidenciado o do exercício corrente segregado dos resultados acumulados de exercícios anteriores.

Nesse contexto, podem ocorrer fatos contábeis que não pertençam ao exercício corrente, para estes há um grupo de conta específico denominado “Resultados Acumulados”, que evidencia os impactos no patrimônio da entidade derivados de eventos ocorridos em anos anteriores, utilizando a conta contábil “Ajustes de Exercícios Anteriores”. Essa conta registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Após esse preâmbulo, a tabela a seguir demonstra resumidamente os saldos de ajustes anteriores que impactam a situação patrimonial líquida da instituição ao final de 2024.

**Tabela 10 – Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição R\$ 1,00**

SALDO INICIAL 2024	AJUSTES A DÉBITO	AJUSTES A CRÉDITO	SALDO AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
(9.737.771,75)	(23.938.614,27)	14.215.745,40	(19.460.640,62)

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

De acordo com a tabela 10, houve ajustes realizados a débito e a crédito ao longo de 2024, resultando em redução patrimonial líquida de aproximadamente R\$ 19,4 milhões. Os principais fatores para esse decréscimo são o saldo inicial devedor elevado em 2024 conjuntamente com baixa de saldos residuais (cerca de R\$ 16,4 milhões) relativo a adiantamento de férias pertencentes a exercícios anteriores.

#### Nota 08 - Obrigações Contratuais

No encerramento de 2024, a Universidade Federal de Pelotas apresenta saldo aproximado de R\$ 154 milhões relacionados a obrigações contratuais, relativos a instrumentos jurídicos com potencial de provocar alterações no patrimônio do órgão, tanto no exercício corrente, quanto nos exercícios subsequentes.

Na tabela a seguir apresenta-se as obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Composição R\$ 1,00**

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2024	2023	AH%
Aluguéis	721.294,75	3.596.985,50	(62,22)
Fornecimento de Bens	4.271.253,21	3.335.429,55	7,58
Seguros	13.241,60	11.227,04	54,15
Serviços	149.747.761,08	94.789.694,64	47,57
<b>TOTAL</b>	<b>154.753.550,64</b>	<b>101.733.336,73</b>	<b>42,38</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.



De acordo com a tabela 11, o saldo com as obrigações contratuais apresenta elevação de 42,38% no exercício de 2024 em relação ao ano anterior. Dentre as obrigações, destacam-se aquelas associadas com Serviços, que correspondem a 96,77% do total das obrigações contratuais celebradas pela instituição até o encerramento de 2024, além de ser a principal responsável pelo crescimento das obrigações contratuais.

Nesse sentido, o aumento no saldo das obrigações contratuais com serviços é influenciado, principalmente, pela contratação e aditamento de serviços de manutenção predial com a empresa Iguaçu Desenvolvimento Ltda. (contrato 51/2023), gerando um acréscimo bruto de aproximadamente R\$ 43 milhões a serem executados no período de 2024 a 2029, bem como a formalização do contrato 37/2024 com a empresa Refeições Norte Sul Ltda. referente a fornecimento de alimentação para os restaurantes universitários no montante bruto de R\$ 13,5 milhões no período de 2024 a 2026.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores com os saldos contratuais mais significativos a serem executados com base na data de 31/12/2024.

**Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Contratado – Órgão – Composição R\$ 1,00**

CONTRATADOS	2024	AV%
IGUACU DESENVOLVIMENTO LTDA	41.481.805,14	26,81
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRI. DE ENERGIA ELÉTRICA	31.755.256,44	20,52
REFEICOES NORTE SUL LTDA.	13.082.721,25	8,45
SULPORT GESTAO E SERVICOS LTDA	8.943.509,38	5,78
DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	59.490.258,43	38,44
<b>TOTAL</b>	<b>154.753.550,64</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

Os fornecedores contratados elencados na tabela 12, representam 61,56% do valor total de serviços e fornecimento de bens a serem executados, totalizando um montante de aproximadamente R\$ 95 milhões com obrigações contratuais que podem ser liquidadas pela instituição no ano corrente e nos exercícios subsequentes. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Iguaçu Desenvolvimento Ltda. – CNPJ 17.453.147/0001-30: contrato 51/2023 serviços contínuos de manutenção predial e áreas externas em regime de dedicação exclusiva, vigência: 01/03/2024 a 28/02/2029;
- (b) Companhia Estadual de Energia Elétrica – CNPJ: 08.467.115/0001-00: Fornecimento de energia elétrica, despesa referente a exercícios anteriores. Assinado termo de acordo de dívida em 08 de novembro 2012 pagamento de 240 parcelas, sendo 144 parcelas quitadas até a data base 31/12/2024;
- (c) Refeições Norte Sul Ltda. – CNPJ 97.531.702/0001-33: Contrato 37/2024 referente a serviços de alimentação coletiva nos restaurantes universitários dos campus Pelotas e Capão do Leão, vigência 26/10/2024 a 25/10/2026;
- (d) Sulport Gestão e Serviços Ltda. – CNPJ : Contrato 35/2022 (primeiro apostilamento), referente ao serviço continuado de motorista, mecânico e lavador, vigência de 10/11/2024 a 09/11/2025.

## 4.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

### Nota 09 Receitas Correntes

A UFPEL no ano de 2024 arrecadou aproximadamente R\$ 1,8 milhão em receitas próprias, valor 23,16% inferior ao montante auferido em 2023. As principais receitas próprias auferidas pela UFPEL são majoritariamente de natureza corrente (75,48%), com destaque para o grupo “Receita de Serviços”, cujo montante atingiu aproximadamente R\$ 917 mil. A seguir é apresentada a tabela 12 com a composição dos grupos de receitas:

**Tabela 13 – Receitas– Composição R\$ 1,00**

RECEITAS ARRECADADAS DIRETAMENTE	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Receita Realizada
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>204.763,00</b>	<b>239.156,03</b>	<b>116,80</b>
Aluguéis e Arrendamentos	189.004,00	234.319,30	123,98
Remuneração de Depósitos Bancários	15.759,00	4.836,73	30,69
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>10.908,00</b>	<b>210,00</b>	<b>1,93</b>
Receita Agropecuária	10.908,00	210,00	1,93
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>1.184.404,00</b>	<b>917.731,84</b>	<b>77,48</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	320.464,00	152.173,68	47,49
Inscrições em Concursos e Processos Seletivos	860.652,00	765.558,16	88,95
Demais Receitas de Serviços	3.288,00	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	<b>183.519,00</b>	<b>105.218,89</b>	<b>57,33</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>85.949,00</b>	<b>168.737,84</b>	<b>196,32</b>
Multas e Juros Previstos em Contratos	85.949,00	122.636,43	142,69
Ineniz. Restituições, e Ressarcimentos	-	1.843,90	-
Outras Restituições	-	44.257,51	-
<b>Receita de Capital</b>	<b>1.921.017,00</b>	<b>464.836,69</b>	<b>24,20</b>
Alienação de Bens	821.017,00	464.836,69	56,62
Transferências de Capital	1.100.000,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.590.560,00</b>	<b>1.895.891,29</b>	<b>52,80</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

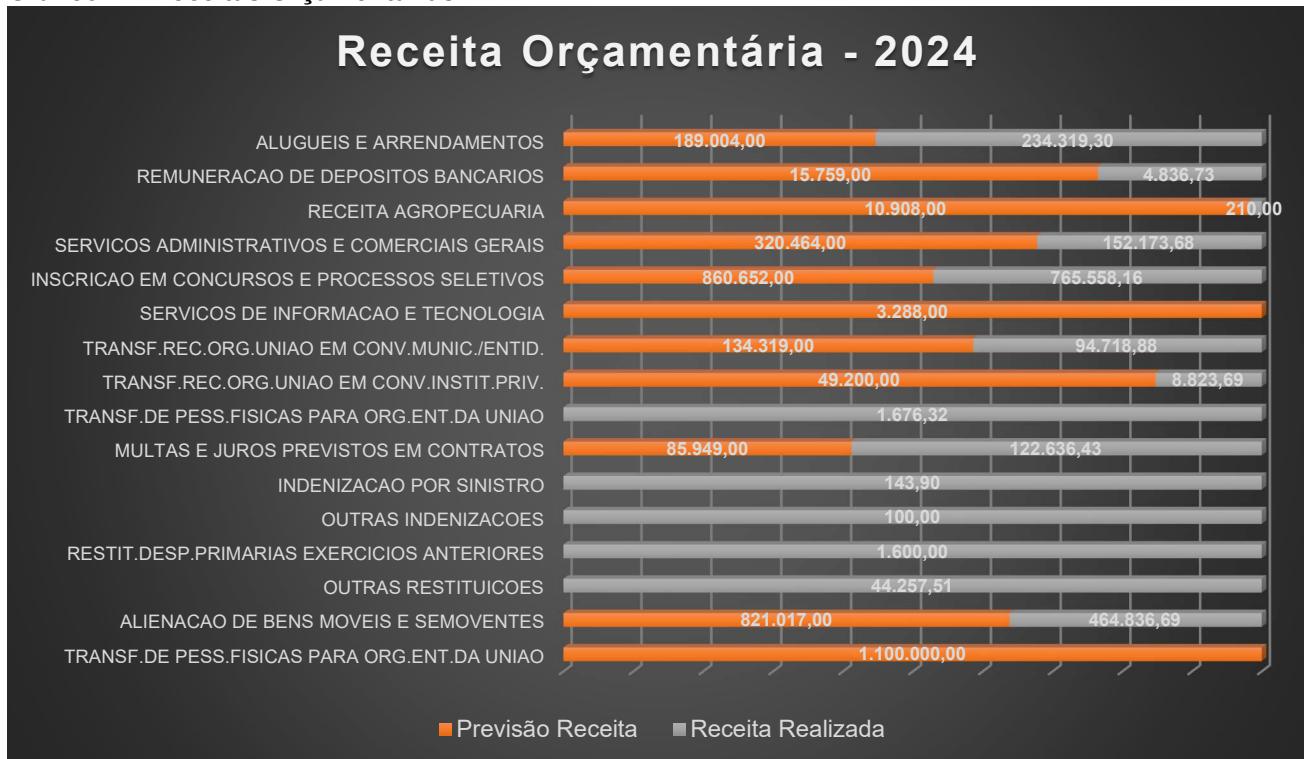
Os dados da tabela 13, indicam que as receitas correntes relativas a “Inscrições em Concursos e Processos Seletivos” representam maior participação na arrecadação, com 40,38% do total arrecadado em 2024. Essas receitas estão vinculadas à taxa de inscrições de concursos e processos seletivos para provimento dos cargos de professores substitutos, professores efetivos e técnicos administrativos, dentre outros processos de seleção.

Nesse sentido, foram registradas 8.931 inscrições nos processos seletivos da UFPEL. Esse número é 60,89% inferior ao registrado no exercício de 2023, quando foram computadas 22.833 inscrições. Consequentemente, houve redução no volume financeiro arrecadado, registrando variação negativa de 51,95% no exercício de 2024 em relação ao exercício anterior, quando registrou-se uma receita com “Inscrições em Concursos e Processos Seletivos” de aproximadamente R\$ 1,5 milhão.

Para Receita de Capital estimou-se arrecadar aproximadamente R\$ 1,9 milhão, que corresponde a 53,50% da estimativa de arrecadação para o exercício de 2024. Contudo, verifica-se frustração na arrecadação dessa categoria de receita, dado que o processo de leilões para alienação de bens móveis auferiu rendimentos abaixo do estimado, bem como os tramites judiciais para recebimentos de valores doados de terceiros, fruto de alienação de bens imóveis, ainda estão em andamento na justiça federal.

A seguir é apresentado o gráfico demonstrando previsão e realização das receitas orçamentárias por natureza no exercício de 2024:

### Gráfico 1 – Receitas Orçamentárias



Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

### Nota 10 – Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário em 2024 apresenta-se deficitário em aproximadamente R\$ 1 bilhão. Isso ocorre devido à metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário no período, que subtrai as despesas empenhadas das receitas arrecadadas. Por considerar receitas somente aquelas que o órgão arrecada diretamente, denominadas como fonte própria, desconsiderando os valores recebidos por transferências intragovernamentais, o Balanço Orçamentário sempre tende a resultar deficitário.

### Nota 11 – Créditos Adicionais Abertos

A UFPEL apresenta saldo de R\$ 39,3 milhões de créditos adicionais abertos em 2024. Parte desse crédito é classificado como suplementar, destinado ao reforço da dotação orçamentária com base na Portaria GM/MPO nº 134, de 9 de maio de 2024, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Outra parte dessa dotação é originária de crédito extraordinário com base na Medida Provisória 1.223 de 29 de maio de 2024 e Medida Provisória 1.248 de 2 de agosto de 2024. Na tabela a seguir é demonstrado a composição dos créditos adicionais abertos no ano de 2024.

**Tabela 14 – Composição dos Créditos Adicionais Abertos Por Grupo de Despesa – Composição R\$ 1,00**

GRUPO DESPESA	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.425.394,00	-	(11.214.419,00)	17.210.975,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.446.696,00	1.180.000,00	(4.858.714,00)	19.767.982,00
INVESTIMENTOS	93.021,00	872.000,00	1.420.368,00	2.385.389,00
<b>TOTAL</b>	<b>51.965.111,00</b>	<b>2.052.000,00</b>	<b>(14.652.765,00)</b>	<b>39.364.346,00</b>

Fonte: Tesouro Gerencial.

A tabela 14 evidencia que os créditos adicionais estão concentrados para execução de despesas com pessoal e outras despesas correntes. Esse último, concentra a maior carga de crédito adicionais orçamentária líquida com R\$ 19,6 milhões. Cerca de R\$ 12 milhões desses créditos estão associados ao programa de governo de

gestão e manutenção do poder executivo. Embora esses créditos estejam alocados no grupo de despesas “Outras Despesas Correntes”, esses recursos adicionais são destinados para custear gastos com benefícios obrigatórios de pessoal, como assistência médica e odontológica a servidores civis (R\$ 3,6 milhões) e auxílio alimentação pago a servidores ativos civis (8,9 milhões).

### **Nota 12 – Despesas Orçamentárias**

O montante de despesas empenhadas até o fechamento de 2024 atingiu R\$ 1 bilhão, o que corresponde a execução de 100,67% da dotação orçamentária atualizada consignada no exercício de 2024. Desse montante, 99,38% das despesas empenhadas estão alocados no grupo de despesas correntes, enquanto apenas 0,62% estão empenhados em despesa de capital.

Na tabela a seguir é demonstrada a composição da execução das despesas empenhadas ao longo de 2024:

**Tabela 15 – Composição da Despesa Empenhada Por Grupos (R\$)**

GRUPO DESPESA	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	EXECUÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	853.080.084,00	870.291.059,00	861.585.817,41	99,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	112.502.222,00	132.270.204,00	149.114.029,17	112,73
INVESTIMENTOS	5.245.007,00	7.630.396,00	6.294.291,65	82,49
<b>TOTAL</b>	<b>970.827.313,00</b>	<b>1.010.191.659,00</b>	<b>1.016.994.138,23</b>	<b>100,67</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

De acordo com a tabela 15, constata-se que a dotação atualizada para despesas com pessoal e encargos sociais, representa 86,15% do total dos recursos orçamentários previstos para o exercício, 13,09% estão destinados a outras despesas correntes, enquanto que apenas 0,75% estão reservados para investimentos. Dentro os grupos de despesas, destaca-se a dotação com “Outras Despesas Correntes”, cuja dotação atualizada aumentou 17,57% (cerca de R\$ 19,7 milhões) em relação a dotação inicial consignada para 2024. Tal elevação está atribuída ao orçamento para pagamentos de benefícios obrigatórios a servidores ativos civis, tais como resarcimento de assistência saúde, bem como auxílio alimentação.

Ainda sobre as despesas empenhadas no grupo “Outras Despesas Correntes”, grande parte dos recursos são alocados na manutenção e custeio das atividades da instituição, sendo executada 112,73% da dotação disponibilizada para o exercício de 2024. Cabe destacar que o saldo empenhado para esse grupo despesas é superior a dotação atualizada devido a execução de créditos orçamentários recebidos descentralizados de outros órgãos da administração federal.

Na sequência, a tabela a seguir demonstra as categorias de gastos com Pessoal e Encargos Sociais empenhadas por natureza de despesa de maior relevância em 2024:

**Tabela 16 – Desp. Empenhadas na Categ. De Gasto Pessoal e Encargos Sociais por Natureza de Despesa – composição R\$ 1,00**

Natureza Despesa	DESPESAS EMPENHADAS		
	2024	2023	AH%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	448.979.520,51	429.780.914,63	4,47
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	240.856.011,13	231.665.485,49	3,97
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	98.821.962,84	94.492.779,29	4,58
PENSOES	41.006.248,36	39.137.898,18	4,77
CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	15.661.257,27	11.932.348,80	31,25
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.106.593,28	3.274.765,56	147,55
SENTENCAS JUDICIAIS	5.419.631,45	5.514.353,09	-1,72
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	2.012.070,45	1.753.756,10	14,73
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	601.134,94	527.832,27	13,89
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	121.387,18	23.192,80	423,38
<b>TOTAL</b>	<b>861.585.817,41</b>	<b>818.103.326,21</b>	<b>5,32</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

A tabela 16 indica evolução de 5,32% no saldo com despesas empenhadas na categoria de pessoal e encargos sociais ano de 2024 em relação ao ano anterior. A natureza de despesa "Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil" contribuiu para esse aumento, dado a variação positiva de 52,11% (cerca de R\$ 19

milhões) no período. Desta natureza de despesas, destacam-se os subelementos “Vencimentos e Salários” e “Gratificação por Exercício de Cargo Efetivo”, cujo saldo empenhado atingiu R\$ 201 milhões e R\$ 174 milhões respectivamente.

No tocante ao grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, observa-se variação positiva de 5,8% no saldo de despesas empenhadas no exercício de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, influenciada pela elevação de despesas com auxílios financeiros a discentes, bem como com aumento de benefícios a servidores. Já as despesas empenhadas para atender outros serviços de terceiros pessoa jurídica e obrigações de exercícios anteriores apresentaram redução na comparação entre os exercícios de 2024 e 2023.

A seguir é apresentado à tabela com as naturezas de despesas que compõe o grupo “Outras Despesas Correntes”, as quais são empenhadas para assegurar a manutenção e funcionamento da instituição:

**Tabela 17 – Outras Despesas Correntes Empenhadas - composição R\$ 1,00**

NATUREZA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		
	2024	2023	AH%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	32.665.184,39	46.428.910,58	- 29,64
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	29.760.539,94	25.478.223,75	16,81
AUXILIO-ALIMENTACAO	27.844.273,19	18.372.404,66	51,55
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	17.766.924,26	12.146.106,38	46,28
INDENIZACOES E RESTITUICOES	10.150.981,75	7.290.614,29	39,23
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	6.763.893,85	6.583.309,74	2,74
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	6.210.265,74	5.890.332,91	5,43
MATERIAL DE CONSUMO	5.049.793,65	5.260.596,23	- 4,01
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.905.588,06	4.140.900,80	- 29,83
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.051.140,39	1.753.668,59	16,96
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1.460.100,29	776.104,99	88,13
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.396.668,08	1.291.251,94	8,16
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.206.576,23	973.238,31	23,98
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.086.919,13	710.989,66	52,87
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	2.795.180,22	3.846.584,45	- 27,33
<b>TOTAL</b>	<b>149.114.029,17</b>	<b>140.943.237,28</b>	<b>5,80</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

Com base na tabela 17 pode-se inferir que a elevação de 5,80% no saldo líquido empenhado com despesas do grupo “Outras Despesas Correntes” está relacionada, principalmente, com o aumento nas despesas com auxílio alimentação e auxílio financeiro a estudantes, dado a elevação no saldo de 18,67% e 11,91% respectivamente em comparação com o exercício de 2023.

Importa destacar que a natureza de despesa “Auxílio Alimentação”, é impactada pela Portaria nº 2.797/2024 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que estabeleceu o novo valor do auxílio-alimentação aos servidores ativos civis, reajustando o benefício de R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00 (aumento de 52%) com efeitos financeiros a partir de maio de 2024.

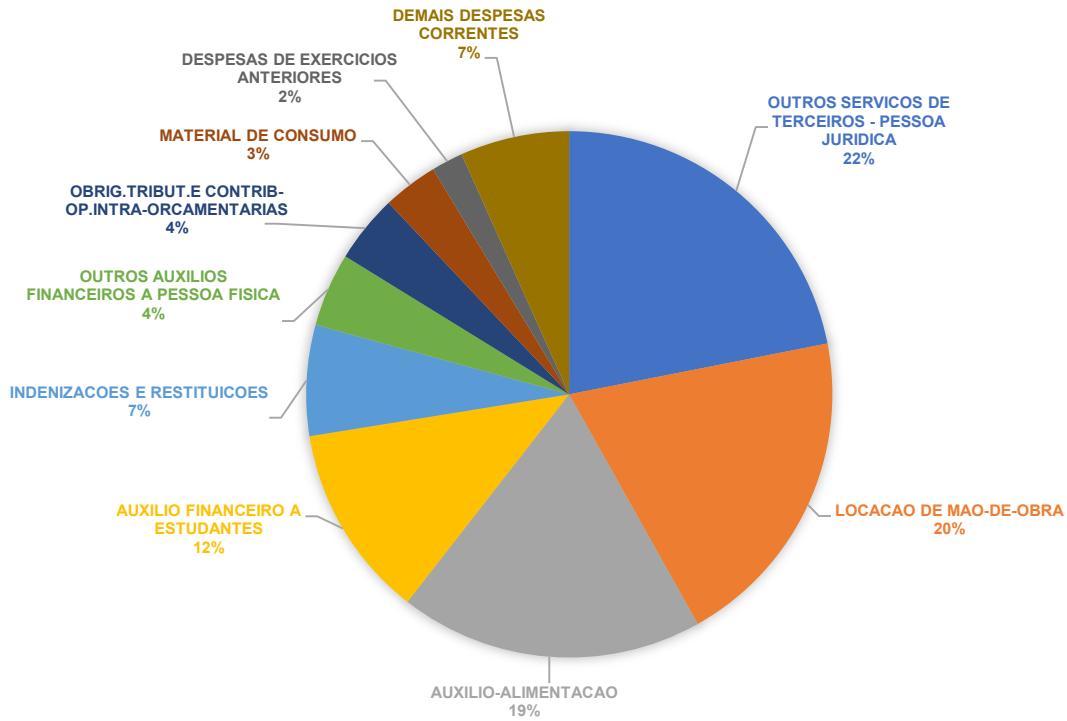
Já as despesas empenhadas para atendimento de auxílio financeiro a estudantes estão relacionadas com pagamento de bolsas de estudo. O aumento de 46,28% é atribuído ao reajuste de valores de bolsas efetuado ao longo do exercício de 2024, bem como o alcance de beneficiários, visto que em 2023 foram pagos 3.305 bolsistas, enquanto que no exercício de 2024 foram 3.825 bolsistas, acréscimo de 15,73%.

Embora a natureza de despesa com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” represente 21,91% do total empenhado para o grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, ao final de 2024 registra redução de 29,64% em relação ao ano de 2023. Atribui-se essa diminuição aos empenhos com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, que em 2024 apresenta saldo empenhado de R\$ 8 milhões, saldo R\$ 10,7 milhões inferior ao contabilizado no exercício de 2023.

A seguir, é apresentado gráfico com a composição das principais naturezas de despesas empenhadas no ano de 2024 no grupo “Outras Despesas Correntes”:

Gráfico 2 – Composição do grupo “Outras Despesas Correntes”

## OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: Tesouro Gerencial 2024.



## Movimentações Orçamentárias

Na tabela 18 são demonstradas as movimentações orçamentárias da UFPEL, que além das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), também executa créditos orçamentários de outros órgãos através de descentralizações recebidas, bem como efetua repasses a outros órgãos por meio das descentralizações concedidas.

**Tabela 18 – Movimentação Orçamentária – Composição R\$ 1,00**

Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	2024								
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	Outras Despesas Correntes			20.000,00		20.000,00	10.000,00	10.000,00		0,00
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Outras Despesas Correntes			55.650,00		55.650,00				0,00
MINISTERIO DA EDUCACAO	Outras Despesas Correntes			10.588.755,12		10.588.755,12	9.800.339,33	9.800.339,33		(0,00)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Outras Despesas Correntes			5.031,81		5.031,81	3.755,07	3.755,07		0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Outras Despesas Correntes			5.136,75		5.136,75	3.053,98	3.053,98		0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Outras Despesas Correntes			2.738,00		2.738,00	2.738,00	2.738,00		0,00
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	Outras Despesas Correntes			1.970,56		1.970,56				0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	Outras Despesas Correntes			11.426,28		11.426,28	7.318,11	7.318,11		0,00
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Pessoal e Encargos Sociais	820.304.379,00	836.405.118,00			829.764.188,61	748.729.787,15	748.729.787,15	0,00	6.640.929,39
	Outras Despesas Correntes	110.384.128,00	129.704.565,00	270.885,63	391.483,34	127.948.265,86	116.876.588,22	116.899.819,82	4.200,00	1.631.501,43
	Investimentos	5.245.007,00	7.630.396,00			5.913.331,14	1.405.912,66	1.405.912,66	16.488,00	1.700.576,86
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	Outras Despesas Correntes			1.647.340,25		1.646.530,25	1.434.276,00	1.434.276,00		810,00
HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUFPEL	Pessoal e Encargos Sociais	32.775.705,00	33.885.941,00			31.821.628,80	28.816.264,29	28.816.264,29	0,00	2.064.312,20
	Outras Despesas Correntes	2.118.094,00	2.565.639,00			2.478.480,95	2.254.041,64	2.254.041,64	0,00	87.158,05
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Outras Despesas Correntes			3.766.208,36		3.766.208,36	1.760.296,70	1.760.296,70		0,00
MINISTERIO DA CULTURA	Outras Despesas Correntes			50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00		0,00
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	Outras Despesas Correntes			300.000,00		300.000,00				0,00
	Investimentos			377.461,51		377.461,51	377.461,51	377.461,51		0,00



MINIST.DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERV.PUBLIC	Outras Despesas Correntes			1.651,80		1.651,80	1.651,80	1.651,80		0,00
FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM.PUBLICA-ENAP	Outras Despesas Correntes			1.982,16		1.982,16				0,00
MINIST.DO DESENVOLV.AGRARIO E AGRI.FAMILIAR	Outras Despesas Correntes			116.192,32		116.192,32	116.192,32	116.192,32		0,00
	Investimentos			3.499,00		3.499,00	3.499,00	3.499,00		0,00
INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA	Outras Despesas Correntes			682.002,12		682.002,12	226.001,06	226.001,06		0,00
MINISTERIO DO ESPORTE	Outras Despesas Correntes			1.354.000,00		1.354.000,00	600.000,00	600.000,00		0,00
MIN. DA INTEGR. E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Outras Despesas Correntes			78.006,83		78.006,83	78.006,83	78.006,83		0,00
Total		970.827.313,00	1.010.191.659,00	19.339.938,50	391.483,34	1.016.994.138,23	912.557.183,67	912.580.415,27	20.688,00	12.125.287,93

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

Com base na tabela 18, verifica-se que 99,78% do montante da dotação atualizada para o exercício de 2024 está empenhada e 99,99% das descentralizações recebidas de outros órgãos foram executadas. Destaca-se o grupo de despesa de pessoal e encargos sociais, que representa 86,15% da dotação atualizada no ano de 2024.

Sobre as descentralizações recebidas, seu saldo é significativamente superior as descentralizações concedidas. Nesse contexto, do volume de R\$ 19,3 milhões de descentralizações de créditos recebidas, cerca 55% são oriundas do MEC. A maior parte desse recurso (cerca de R\$ 6,7 milhões) é destinado para empenhamento de despesas com bolsas de residência médica (cerca de R\$ 4,2 milhões) e multiprofissionais em saúde (cerca de R\$ 2,4 milhões) pagas aos estudantes que atuam no Hospital Escola da UFPEL. Destaca-se também a descentralização recebida do Fundo Nacional da Saúde no montante de R\$ 3,7 milhões, dos quais cerca de R\$ 2,9 milhões são advindos da formalização de Termo de Execução Descentralizada 169/2023 para capacitação em atenção primária sobre manejo e controle da dor crônica e síndromes dolorosas.

## Nota 13 BO – Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) são segregados em Restos a Pagar Não Processado e Restos a Pagar Processados: o primeiro tem seu saldo considerado naquelas despesas orçamentárias que foram empenhadas, mas não passaram pelo estágio da liquidação e o segundo se refere aquelas despesas que foram empenhadas, liquidadas, porém, não alcançara o estágio de pagamento da despesa.

A Universidade Federal de Pelotas em 2024 registra um montante de R\$ 128 milhões de saldo inscrito em Restos a Pagar, sendo que 75,66% são referentes a **Restos a Pagar Processados** e 24,34% são de **Restos a Pagar Não Processados**.

Na sequência são apresentadas as tabelas que demonstram o valor inscrito em Restos a Pagar, as quais estão segregadas por RP Não Processados e RP Processados e a distribuição dos valores por unidade executora, bem como pelo grupo de despesa.

**Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados – composição R\$ 1,00**

UG EXECUTORA	GRUPO DESPESA	2024					
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.226.304,75	724.101,95	262.643,80	408.547,85	16.279.215,05	16.278.664,31
	INVESTIMENTOS	4.946.165,24	9.331.202,72	1.019.610,47	8.440.275,99	4.817.481,50	4.789.796,21
	Total	<b>21.172.469,99</b>	<b>10.055.304,67</b>	<b>1.282.254,27</b>	<b>8.848.823,84</b>	<b>21.096.696,55</b>	<b>21.068.460,52</b>
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.867,76	3.212,44	3.212,44	+8.082,08	785,68	785,68
	Total	<b>8.867,76</b>	<b>3.212,44</b>	<b>3.212,44</b>	<b>8.082,08</b>	<b>785,68</b>	<b>785,68</b>
<b>Total</b>		<b>21.181.337,75</b>	<b>10.058.517,11</b>	<b>1.285.466,71</b>	<b>8.856.905,92</b>	<b>21.097.482,23</b>	<b>21.069.246,20</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

De acordo com a tabela 19, a unidade gestora da UFPEL detém 99,96% do saldo de Restos a Pagar Não Processados, enquanto que o Hospital Escola possui apenas 0,04%. No decorrer de 2024 foram liquidados 67,53% do saldo total de Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos, sendo 77,16% dos empenhos liquidados pertencentes ao grupo de despesa "Outras Despesas Correntes".

Por outro lado, a maior parte do saldo de Restos a Pagar Não Processados na condição "a Liquidar" está concentrada no grupo de despesas "Investimentos", representando 95,30% do total de restos a pagar não processados a liquidar. Desse montante, aproximadamente R\$ 8,3 milhões estão relacionados à natureza de despesa "Obras em Andamento", enquanto cerca de R\$ 87 mil estão alocados em empenhos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

No tocante aos restos a pagar não processado cancelados, o montante cancelado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 2024 atingiu R\$ 1,2 milhões, saldo 102,96% superior ao registrado no exercício de 2023. Destaca-se que 79,31% do montante cancelado são empenhos vinculados ao grupo de investimentos, em especial, com obras e instalações, cujo cancelamento de saldo superou os R\$ 996 mil. Embora o cancelamento de saldo de empenhos inscritos em restos a pagar



ocorra ao final do exercício como está previsto no art. 68 do Decreto 93.872/1986, outras legislações influenciaram nos prazos de bloqueios e cancelamentos de restos a pagar, a saber: Lei nº 14.513, de 2022; Decreto nº 11.813, de 05/12/2023 e Lei 14.791, de 2023.

Na sequência, é demonstrado a tabela com a composição dos saldos inscritos em Restos a Pagar Processado, segregado por unidade gestora executora e por grupo de despesa.

**Tabela 20 – Restos a Pagar Processados - composição R\$ 1,00**

UG EXECUTORA	GRUPO DESPESA	2024				
		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	80.020.192,38		2.218.196,88	77.801.995,50	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.600.507,77	34.975,48	33.837,68	12.600.507,77	1.137,80
	INVESTIMENTOS	684.457,11			684.457,11	0,00
	Total	<b>93.305.157,26</b>	<b>34.975,48</b>	<b>2.252.034,56</b>	<b>91.086.960,38</b>	<b>1.137,80</b>
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.016.455,44			3.016.455,44	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	772.606,65	792,00		772.606,65	792,00
	Total	<b>3.789.062,09</b>	<b>792,00</b>	<b>2.252.034,56</b>	<b>3.789.062,09</b>	<b>792,00</b>
<b>Total</b>		<b>97.094.219,35</b>	<b>35.767,48</b>	<b>2.252.034,56</b>	<b>94.876.022,47</b>	<b>1.929,80</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

A tabela 20 indica que os valores inscritos em Restos a Pagar (RAP's) Processados apresentam participação maior em relação ao saldo de Restos a Pagar não Processados. Isso é devido ao montante de RAP inscrito no grupo de despesas “Pessoal e Encargos Sociais”, por consequência da mudança no sistema de emissão de ordens bancárias implementadas no início de 2019, que retarda o registro do pagamento da folha de pessoal de dezembro. Embora a folha de pessoal da competência de dezembro tenha sido paga no próprio mês, o atraso sistêmico no registro contábil resulta na inscrição de valores em Restos a Pagar Processados no grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”. Logo, o saldo é baixado integralmente somente na emissão da ordem bancária (OB), o que ocorre em janeiro do exercício subsequente, conforme demonstrado nas colunas de RAP's Processados Pagos e Restos Processados a Pagar.

Embora o saldo de Restos a Pagar Processados inscritos e reinscritos seja superior ao dos restos a pagar não processados, na condição de “a pagar” resta apenas o montante de R\$ 1.929, sendo relacionado a obrigações do grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, especialmente, com despesas empenhadas para pagamento de material de consumo e serviço de terceiros de pessoa jurídica.

A seguir é apresentada a tabela 21, que demonstra a distribuição do montante dos restos a pagar processados e não processados quanto ao ano de emissão de empenho.

**Tabela 21 – Restos a Pagar Processados e Não Processados por ano de emissão de empenho com composição R\$ 1,00**

NE CCOR - ANO EMISSÃO	2024			
	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2011	239,90			239,90
2013	33.837,68	33.837,68		0,00
2014	574,50			574,50
2015	323,40			323,40
2016	792,00			792,00
2019	6.252.654,31		731.933,97	5.520.720,34
2020	1.074.174,96	1.072.523,34	611,62	1.040,00
2021	1.083.162,24		986.810,65	96.351,59
2022	2.282.552,48	154.594,54	795.761,80	1.332.196,14
2023	117.641.530,22	2.276.545,71	113.430.150,63	1.934.833,88
<b>Total</b>	<b>128.369.841,69</b>	<b>3.537.501,27</b>	<b>115.945.268,67</b>	<b>8.887.071,75</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

Os dados da tabela 21 indicam que 90,32% do saldo de R\$ 128 milhões de Restos a Pagar Inscritos (Processados e Não Processados) já foram pagos, com destaque especial para os NE inscritos no ano de emissão de 2023, que até o encerramento de 2024 foram quitados mais de R\$ 113 milhões de saldo inscritos em RAP's. Desse volume, cerca de R\$ 80,8 milhões são relativos a despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Sobre o saldo de R\$ 8,8 milhões de empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados na condição de “a pagar”, pode-se afirmar que 62,12% do montante estão atrelados aos empenhos do exercício de 2019, cujo saldo está alocado integralmente com obras e instalações.

Até o término de setembro de 2024, efetivou-se o cancelamento de R\$ 3,3 milhão de saldo de restos a pagar não processados e processados. Deste montante, cerca de R\$ 2,2 milhões é saldo de empenho de 2023, destinado ao pagamento de tributos federais retidos na folha de pagamento de dezembro 2023 e que não pôde ser executado devido a insuficiência em saldos de contas contábeis de execução de programação financeira.

Sobre os estoques de RAP's inscritos e reinscritos, cabe frisar que a Secretaria do Tesouro Nacional vem adotando medidas para diminuição dos mesmos. Neste sentido, ao final do exercício de 2018 foram canceladas aproximadamente R\$ 8,4 milhões de saldo de notas de empenhos emitidas nos anos que compreende 2010 a 2017, já em 2019 houve cancelamento de R\$ 5,8 milhões. Tal procedimento teve como principal fator a adequação ao Ofício-Circular 12/2018/GAB/SPO/SPO-MEC de 28 de fevereiro de 2018, que menciona a determinação contida no Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário, solicitando justificativas para a manutenção dos estoques de Restos a Pagar.

Em junho de 2022 os saldos de empenhos emitidos em 2020 inscritos em restos a pagar não processados a liquidar foram bloqueados, perfazendo um montante de R\$ 1,7 milhão. Contudo, alguns empenhos de restos a pagar enquadraram-se nos § 4º e § 5º do art. 68 do Decreto 93.872/1986 viabilizando o desbloqueio do saldo de R\$ 1,2 milhões. Desse montante, aproximadamente R\$ 1,1 milhão é referente a investimentos com obras e instalações. Assim, com o desbloqueio dos saldos inscritos em restos a pagar, sua execução pode ser efetuada até o término do exercício seguinte.

Em março de 2024, o saldo de R\$ 1 milhão inscritos em Restos a Pagar Não Processados foi cancelado por força do Decreto nº 11.813 de 5 de dezembro de 2023 em conjunto com o Decreto 93.872/1986. Desse modo, os saldos de empenhos emitidos em 2019 e 2020 de Restos a Pagar Não Processados na condição de não liquidados com prazo superior a 3 anos de inscrição e prorrogados pelo Decreto 11.813/2023 foram baixados. Já os saldos dos empenhos de 2022 cancelados no final de 2024 estão em linha com o Decreto 93.872/1986.

#### 4.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas extraorçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transfere para o início do exercício seguinte.

##### Nota 14 – Ingressos

A seguir, a tabela 22 evidencia as receitas orçamentárias classificadas quanto a categoria econômica, fonte de recursos, origem da receita e espécie da receita;

**Tabela 22 – Receitas Orçamentárias – Composição R\$ 1,00**

CATEGORIA ECONÔMICA	FONTE DE RECURSOS	ORIGEM DA RECEITA	ESPÉCIE RECEITA	2024		
				RECEITA ORÇAMENTARIA (BRUTA)	DEDUÇÕES DA RECEITA	RECEITA ORÇAMENTARIA (LÍQUIDA)
RECEITAS CORRENTES	CONVENIOS	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSF.DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	94.718,88		94.718,88
			TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	8.823,69		8.823,69
	DOACOES NACIONAIS	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS			
			DEMAIS TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.676,32		1.676,32
	MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	8.283,35	(8.283,35)	0,00
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS			
	RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	RECEITA PATRIMONIAL	EXPLORACAO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	258.806,62	(24.487,32)	234.319,30
			VALORES MOBILIARIOS	4.836,73		4.836,73
		RECEITA AGROPECUARIA	RECEITA AGROPECUARIA	210,00		210,00
		RECEITA DE SERVICOS	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	918.746,84	(1.015,00)	917.731,84
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	MULTAS ADMINISTRAT., CONTRATUAIS E JUDICIAIS	122.636,43		122.636,43
			INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	46.101,41		46.101,41
			DEMAIS RECEITAS CORRENTES			
RECEITAS DE CAPITAL	REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	ALIENACAO DE BENS	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	464.836,69		464.836,69
<b>Total</b>				<b>1.929.676,96</b>	<b>(33.785,67)</b>	<b>1.895.891,29</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

A tabela 22 evidencia as receitas orçamentárias arrecadadas diretamente pelo órgão, denominadas “receitas próprias”, não considerando como receita os demais recebimentos, a exemplo das transferências financeiras recebidas da setorial financeira do MEC para execução de despesas orçamentárias, que são mais bem evidenciadas no grupo “Transferências Financeiras Recebidas” no balanço financeiro.

Em relação à destinação das receitas arrecadadas, verifica-se que são integralmente vinculadas, ou seja, existe a vinculação entre a origem e aplicação do recurso. As receitas auferidas no ano de 2024 registram recuo de 26,47% (cerca de R\$ 694 mil) na arrecadação em relação ao exercício anterior. A diminuição de 47,78% com arrecadação de receita com serviços administrativos e comerciais gerais contribuiu para menor ingresso de receitas orçamentárias no período.

Cabe ressaltar, que a receita com “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais” corresponde a 48,40% do total da Receita Orçamentária Líquida. Essa espécie de receita, além de contemplar os ingressos financeiros oriundos de serviços administrativos e comerciais gerais, tem como principal natureza de receita, a arrecadação com taxas de inscrição em concurso e processos seletivos, que estão detalhados no Balanço Orçamentário no item “Receitas Correntes” já mencionados anteriormente.

A receita de capital reforçou o incremento de ingressos de receita orçamentária com a alienação de bens móveis, cuja arrecadação representou 24,51% do total dos ingressos com Receitas Orçamentárias ao final de 2024. A alienação envolveu 21 veículos por meio de leilão ocorrido em agosto de 2024. Embora a operação tenha gerado arrecadação de aproximadamente R\$ 464 mil, o resultado apurado é de deságio de R\$ 407 mil que é evidenciado na variação patrimonial diminutiva de perdas com alienação.

As transferências financeiras recebidas refletem as movimentações entre Órgãos Federais da Administração direta ou indireta. A seguir, na tabela 23 detalha os movimentos financeiros por fonte de recursos destinados para atendimento da execução orçamentária.

**Tabela 23 – Transferências Financeiras por fonte de recurso – composição R\$ 1,00**

FONTE RECURSOS	2024					
	REPASSE RECEBIDO	SUB-REPASSE RECEBIDO	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	DEMAIS TRANSF. RECEBIDAS	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	TOTAL
NAO SE APLICA					24.756.550,60	24.756.550,60
RECURSOS LIVRES DA UNIAO	733.552.883,51	29.729.261,78	16.143.701,05	2.088.290,35		781.514.136,69
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	1.804.577,66	78.989,86				1.883.567,52
ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL	401.819,28					401.819,28
EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	3.049.302,61					3.049.302,61
DESPORTO-SUPERAVIT VINC.AMORT.PGTO.DIV.	600.000,00					600.000,00
RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	2.738,00	949,53				3.687,53
RECURSOS LIVRES DA UO	226.001,06					226.001,06
BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO	236.565.049,69	454.563,89				237.019.613,58
CCCN-COM.COORD.DA CRIACAO DO CAVALO NACIONAL			200.000,00			200.000,00
REPAR.DANOS A INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS			99.236,73			99.236,73
CT-INFRA			298.116,68			298.116,68
DEM.APL.REC.TIT.TN.EXC.REFIN.DIV.PUB.			12.299.932,39			12.299.932,39
<b>TOTAL</b>	<b>976.202.371,81</b>	<b>30.263.765,06</b>	<b>29.040.986,85</b>	<b>2.088.290,35</b>	<b>24.756.550,60</b>	<b>1.062.351.964,67</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

O saldo de transferências financeiras recebidas ao em 2024 apresenta variação positiva de 11,25% em relação ao exercício anterior, registrando acréscimo de aproximadamente R\$ 107 milhões. Esse grupo de contas representa o principal ingresso financeiro da UFPEL, compondo 85,58% do total de recebimentos da instituição contabilizados no ano de 2024.

A evolução de 11,68% no saldo de transferências financeiras referente aos repasses recebidos de recursos livres da União contribuiu para a expansão no volume de transferências financeiras recebidas em 2024. Cabe frisar que os recursos de livre aplicação da União são utilizados para execução das despesas obrigatórias e discricionárias, ademais produzem reflexo contábil na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) gerando saldo na Variação Patrimonial Aumentativa com Transferências Intergovernamentais.

Sobre a destinação do recurso orçamentário recebida por transferências, 77,01% do montante são de fontes de recursos ordinários, cuja alocação entre a origem e utilização dos mesmos é de livre aplicação, sem destinação específica, ou seja, não estão vinculadas a nenhum órgão ou programação específica. Pelos recursos vinculados, destaca-se a fonte relacionada aos Benefícios do RPPS da União, que representa 22,31% dos repasses recebidos e constituem fonte principal para pagamento de servidores aposentados.

A tabela a seguir evidencia os principais ingressos por Recebimentos Extraorçamentários e sua composição quanto ao grupo de despesa:

**Tabela 24 – Recebimentos Extraorçamentários – Inscrições dos Restos a Pagar - composição R\$ 1,00**

CONTA CONTÁBIL	GRUPO DESPESA	2024	2023	AH%
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.039.765,97	83.036.647,82	1,21
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.833.392,75	13.373.114,42	(41,42)
	INVESTIMENTOS	11.875,54	50.430,23	(76,45)
	<b>TOTAL</b>	<b>91.885.034,26</b>	<b>96.460.192,47</b>	<b>(4,74)</b>
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.033.145,76	16.235.172,51	(50,52)
	INVESTIMENTOS	4.495.542,94	4.946.165,24	(9,11)
	<b>TOTAL</b>	<b>12.528.688,70</b>	<b>21.181.337,75</b>	<b>-40,85</b>
	<b>Total</b>	<b>104.413.722,96</b>	<b>117.641.530,22</b>	<b>-11,24</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

Os recursos extraorçamentários consideram a inscrição dos restos a pagar, logo, tem a função de compensar a despesa orçamentária imputada como realizada, porém, não paga no exercício de emissão do empenho, conforme dispõe o art. 103 da lei 4.320/1964. Assim, os valores que tratam dos recebimentos extraorçamentários em relação aos restos a pagar estão vinculados aos créditos orçamentários empenhados, bem como aos créditos orçamentários liquidados a pagar.

Nesse sentido, a tabela 24 indica uma retração de 11,24% no período de 2024 em comparação ao período de 2023, isto é, apresenta uma diminuição no saldo com inscrição de Restos a Pagar da ordem de R\$ 13 milhões. Deste montante, destaca-se a diminuição de 50,52% com a inscrição de RP Não Processados, relativos aos créditos destinados a “Outras Despesas Correntes”.

Em relação ao saldo de Inscrição de RP Processados, o grupo de despesa “outras despesas correntes” apresenta quantia 50,52% inferior ao do apurado em 2023. Principal fator para essa retração são os créditos empenhados com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, que ao final de 2024 registra R\$ 3,7 milhões, enquanto que no ano de 2023 o saldo apurado é de R\$ 9 milhões. Ambos os saldos (2023 e 2024) são para pagamentos de contratos firmados junto a fundação de apoio Fundação Delfim Mendes Silveira.

### Nota 15 – Dispêndios

Na tabela a seguir são demonstradas as despesas orçamentárias por fonte de recursos e ação de governo:

**Tabela 25 – Despesas orçamentárias - composição R\$ 1,00**

FONTE RECURSOS	AÇÃO GOVERNO	DESPESAS EMPENHADAS		
		2024	2023	AH%
RECURSOS LIVRES DA UNIAO	CONCESSAO DE BOLSAS DE RESIDENCIA EM SAUDE	8.113.155,06	7.903.724,66	2,65
	APOIO A GESTAO DE PROJETOS PUBLICOS DE IRRIGACAO	78.006,83		-
	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	42.494.715,86	27.079.458,68	56,93
	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO SUPERIOR	1.646.530,25	1.601.779,15	2,79
	BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL	374.815,08	364.499,12	2,83
	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	95.776.354,70	92.165.665,96	3,92
	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	1.651,80	7.500.000,00	(99,98)
	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	10.027.454,48	7.180.323,66	39,65
	FORTALECIMENTO DO SISTEMA PUBLICO DE RADIODIFUSAO E COMUNICA	20.000,00		-
	FORMACAO E APERFEILOCAMENTO DE MAGISTRADOS		211,20	(100,00)
	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	4.162.510,06	2.186.466,00	90,38
	PROMOCAO DA POLITICA NACIONAL DE JUSTICA		281.528,00	(100,00)
	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROGRAMAS E PROJETOS	503.243,38		-



	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	2.350.600,06	699.508,38	236,04
	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	62.472.194,36	53.407.667,94	16,97
	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO P		434,15	(100,00)
	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	480.152.753,60	453.644.956,49	5,84
	DESENVOLVIMENTO DE COMPETENCIAS DE AGENTES PUBLICOS	1.982,16	3.300,42	(39,94)
	PROMOCAO E FOMENTO A CULTURA BRASILEIRA	50.000,00		-
	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	300.000,00	500.000,00	(40,00)
	FOMENTO AO SETOR AGROPECUARIO	55.650,00		-
	PROMOCAO DA EDUCACAO E CULTURA DO CAMPO		230.000,00	(100,00)
	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	32.374.004,52	21.664.529,31	49,43
	ESTRUTURACAO E DINAMIZACAO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS - ROTAS		42.000,00	(100,00)
	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	40.000,00	40.000,00	0,00
	OPERACAO E MANUTENCAO DA BARRAGEM E DA ECLUSA DO CANAL SAO G		500.000,00	(100,00)
	APOIO A EDUCACAO A DISTANCIA	926.633,00		-
	GOVERNANCA E REGULARIZACAO FUNDIARIA NACIONAL	119.691,32		-
	INTERNACIONALIZACAO DA EDUCACAO SUPERIOR	54.882,00		-
	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	15.781.942,28	13.868.912,88	13,79
	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	236.071,50	238.619,53	(1,07)
	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL EM CIDADES COM BENS TOMBA	377.461,51		-
	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	3.203.626,68	2.248.849,00	42,46
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	311.726,36	245.213.245,08	(99,87)
	FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE E	278.182,08		-
	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E INOVACAO EM SAUDE	360.000,00		-
	FORMACAO E PROVISAO DE PROFISSIONAIS PARA A ATENCAO PRIMARIA	227.207,00		-
	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	2.499.000,00		-
ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	401.819,28	205.799,28	95,25
	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A		333.964,28	(100,00)
EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUI	66.601,00		-
	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E	125.000,00		-
	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	4.223.662,68		-
	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	506.095,00		-
	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	53.208,00		-
DESPORTO-SUPERAVIT VINC.AMORT.PGTO.DIV.	DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROGRAMAS E PROJETOS	250.756,62		-
	APOIO A PROJETOS DE EXCELENCIA ESPORTIVA NAS FASES DE ESPECI	600.000,00		-
RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	CONTRIBUICOES REGULARES A ENTIDADES OU ORGANISMOS NACIONAIS	48.088,68	52.785,33	(8,90)
	CONTRIBUICOES REGULARES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE DIREI	48.000,00		-
	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	1.162.275,65	2.132.064,29	(45,49)
REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	510.336,49		-



	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E		32.580,00	(100,00)
RECURSOS LIVRES DA UO	PROMOCAO DA EDUCACAO E CULTURA DO CAMPO	682.002,12	100.000,00	582,00
BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	242.850.266,89		-
CCCCN-COM.COORD.DA CRIACAO DO CAVALO NACIONAL	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA AGROPECUARIA		200.000,00	(100,00)
CONVENIOS	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	93.979,89	278.631,64	(66,27)
REPAR.DANOS A INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	APOIO E FOMENTO A PROJETOS DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS		99.236,73	(100,00)
DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.	APOIO A CONSOLIDACAO, REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INST		121.867,77	(100,00)
	ADMINISTRACAO DA UNIDADE		2.000.000,00	(100,00)
	APOIO A CAPACITACAO E FORMACAO INICIAL E CONTINUADA PARA A E		1.230.579,12	(100,00)
	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR		7.067.956,93	(100,00)
	FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILANCIA EM SAUDE E		8.271.643,20	(100,00)
	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO		2.250.515,94	(100,00)
	INOVACAO, DIFUSAO E AMPLIACAO DO ACESSO A PRODUCAO AUDIOVISUAL		250.000,00	(100,00)
	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE		1.000,00	(100,00)
	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR		249.435,00	(100,00)
	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E		4.478.858,03	(100,00)
Total		1.016.994.138,23	967.922.597,15	5,07

Fonte: Tesouro Gerencial 2024

De acordo com a tabela 25, as despesas orçamentárias apresentam variação líquida positiva de 5,07%, resultado influenciado, principalmente, pelas despesas ordinárias (empenhadas com recursos primários de livre aplicação), dado a elevação de 9,85% (cerca de R\$ 68 milhões) apurada em 2024 em relação ao ano de 2023. Por outro lado, o volume das despesas vinculadas registra retração de 7,02% (cerca de R\$ 19 milhões), impactada pelos dispêndios com Seguridade Social e Previdência Social (RPPS), bem como a não utilização de recursos oriundos da dívida pública.

As despesas empenhadas com recursos ordinários, isto é, aquelas de livre aplicação, tem como principal ação de governo, os “ativos civis da união” representando a 47,21% do total das despesas orçamentárias. Nessa ação de governo a principal natureza de despesa é vencimentos e vantagens fixas de pessoal (cerca de R\$ 448 milhões), a qual evolui 4,48% (cerca de R\$ 19 milhões) no ano de 2024 em relação ao exercício anterior.

Em relação a ação de governo “Aposentadorias e Pensões Civis da União” pagas com recursos vinculados, destaca-se o saldo de R\$ 243 milhões no período, montante 0,83% inferior ao computado no exercício de 2023. Importa frisar, que em 2023 esse gasto era financiado com os recursos de livre aplicação da Seguridade Social, passando a ser financiado com fonte de recursos de benefícios do RPPS da União em 2024, sendo suplementado em R\$ 42 milhões pelos recursos livres da União.

Os desembolsos com a ação de governo “benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares” registraram aumento da ordem de R\$ 10 milhões. Dentre as naturezas de despesas com maior impacto, ressalta-se auxílio alimentação, que aumentou 9,5 milhões no período. Isso é reflexo da Portaria nº 2.797, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), publicada no dia 30 de abril de 2024, que estabeleceu novo valor de auxílio-alimentação, reajustando em 52% a quantia do benefício a ser paga aos servidores ativos.



## Transferências Financeiras Concedidas

O saldo de transferências financeiras concedidas representa 2,71% do dispêndio da UFPEL e são impactadas principalmente pelas execuções orçamentárias, através dos sub-repasses concedidos entre as unidades gestoras UFPEL e Hospital Escola (HE). O objetivo desses sub-repasses entre a UFPEL e o HE, no geral, são para pagamento da folha de pessoal, visto que o recurso financeiro é recebido na unidade UFPEL e posteriormente sub-repassado ao Hospital Escola. Assim, ocorre o equilíbrio financeiro, já que é uma operação entre contas do mesmo órgão como pode ser observado no Balanço Financeiro, no qual o valor de R\$ 30.263.765,06 é o mesmo para as contas “Sub-repasse Concedido” e Sub-repasse Recebido”.

## Pagamentos Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários englobam os pagamentos que não se submetem ao processo da execução orçamentária. Dentre esses, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores compreendem tais dispêndios e representam 9,55% do total do desembolso financeiro do órgão no período de 2024.

Sobre os pagamentos com Restos a Pagar Processados, verifica-se a importância de R\$ 94 milhões apurados até o encerramento de 2024, saldo 60,59% superior ao registrado no ano de 2023. Deste volume, cerca de 82% está associado a inscrição de RAP's do grupo de despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”. Considerando a alteração na rotina de emissão de ordens bancárias ocorrida no fim de 2018, o registo do pagamento da folha de pessoal da competência de dezembro é efetivamente contabilizado após a emissão da Ordem Bancária (OB), ou seja, somente em janeiro do exercício seguinte.

No que tange os desembolsos relacionados ao saldo de Restos a Pagar Não Processados, averígua-se evolução de 159,93% se comparado ao período de 2023. Essa variação expressiva é consequência de um maior volume de pagamentos relacionados com a manutenção e custeio da instituição, representada pelo grupo de despesa “Outras Despesas Correntes” (variação positiva de R\$ 16 milhões). Neste sentido, os valores pagos com restos a apagar não processados em 2024 estão concentrados com serviços de terceiros pessoa jurídica, que atingiram montante de R\$ 14 milhões, enquanto que no exercício de 2023 o saldo é de 2,4 milhões.

## Resultado Financeiro

Segundo a lei 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que se transfere para o exercício seguinte. A partir desse conceito, o resultado financeiro apresentado no Balanço Financeiro no exercício de 2024 é superavitário em R\$ 7.487.124,74. Entretanto, este resultado não deve ser entendido como superávit financeiro do período, visto que tal apuração é obtida no Balanço Patrimonial.

O saldo superavitário do exercício de 2024 é 21,64% superior ao apurado no exercício de 2023, quando se apurou superávit de R\$ 6,1 milhões. Atribui-se esse desempenho financeiro aos ingressos com transferências financeiras recebidas, que registrou aumento de R\$ 107 milhões (11,25%) no período, alavancadas pelas transferências recebidas pagamento de restos a apagar e movimentações de saldos patrimoniais.

### 3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

#### Nota 16 - Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

O saldo das Variações Patrimoniais Aumentativas no encerramento de 2024 atingiu um montante de R\$ 1,1 bilhão, saldo 13,82% superior ao do montante apurado no exercício de 2023. Essa variação positiva pode ser atribuída, principalmente, pelo recebimento de “Transferências e Delegações Recebidas”, cujo saldo acumulado ao final de 2024 (cerca de R\$ 1,06 bilhão) é 10,22% superior ao registrado no ano anterior.

A principal conta contábil no grupo de “Transferências e Delegações Recebidas” é “Transferências Intragovernamentais”, cujo montante corresponde a 96,05% do grupo de Variações Patrimoniais Aumentativas. Na referida conta contábil são registrados os valores financeiros recebidos através de repasse

e sub-repasses do MEC e de outros ministérios do governo federal, impactando contabilmente a conta “Caixa e Equivalente de Caixa” no Balanço Patrimonial. Tais recursos viabilizam os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias da instituição ao longo do exercício.

A seguir é apresentada a tabela com a composição do grupo de contas “Transferências Intragovernamentais” por unidade gestora:

**Tabela 26 – Transferências Intragovernamentais por Unidade Gestora Executora – composição R\$ 1,00**

UNIDADE GESTORA EXECUTORA	2024	2023	AH(%)
UG 154047 Fundação Universidade Federal de Pelotas	1.023.966.761,20	914.304.866,97	11,99
UG 154145 Hospital Escola da UFPEL	38.385.203,47	40.615.672,27	-5,49
<b>TOTAL</b>	<b>1.062.351.964,67</b>	<b>954.920.539,24</b>	<b>11,25</b>

Fonte: SIAFI 2024.

A tabela 26 indica que a maior parte das Transferências Intragovernamentais se concentra na unidade gestora da UFPEL, representando 96,39% do total das receitas recebidas com transferências, enquanto a unidade gestora Hospital Escola obtém apenas 3,61% no período de 2024. Os recebimentos de transferências geram contrapartida na conta contábil do ativo no BP, denominada “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”, que são distribuídas em diversas fontes de recursos para atender despesas de custeio, pagamento de pessoal, contribuições previdenciárias, investimentos, dentre outras despesas obrigatórias e discricionárias da UFPEL.

Enquanto a unidade gestora Hospital Escola apresenta diminuição de 5,49% (cerca de R\$ 2,2 milhões) de recebimento de Transferências Intragovernamentais, a unidade UFPEL registra incremento de 11,99% (cerca de 109 milhões) ao término de 2024. O aumento no saldo de recebimentos da UFPEL, é atribuído ao volume de recebimentos de recursos ordinários, ou seja, em fonte primária de livre de aplicação, que é 11,68% (cerca de R\$ 81 milhões) superior ao valor registrado no exercício de 2023.

Na tabela a seguir é apresentado o grupo das principais contas que compõe o grupo de Transferências e Delegações Recebidas:

**Tabela 27 – Transferências e Delegações Recebidas – Composição – R\$ 1,00**

CONTA CONTÁBIL	2024	2023	AH%
REPASSE RECEBIDO	976.202.371,81	910.042.516,27	7,27
SUB-REPASSE RECEBIDO	30.263.765,06	31.346.912,15	(3,46)
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	29.040.986,85	11.003.623,74	163,92
DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.088.290,35	2.084.829,85	0,17
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	24.756.550,60	442.657,23	5.492,71
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	94.718,88	86.825,64	9,09
TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	8.823,69	41.000,00	(78,48)
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	1.676,32	0,00	0,00
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.744.095,85	2.368.308,85	(26,36)
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS - UNIÃO	382.779,11	969.807,54	(60,53)
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS - ESTADUAL	667.544,23	918.904,80	(27,35)
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS - MUNICIPAL		16.163,03	(100,00)
<b>TOTAL</b>	<b>1.065.251.602,75</b>	<b>959.321.549,10</b>	<b>11,04</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

A tabela 27 indica a conta "Repasse Recebido" como a mais significativa no grupo de "Transferências e Delegações Recebidas", correspondendo a 91,64% dos valores recebidos. Dos R\$ 976 milhões de repasse recebido, cerca de R\$ 699 milhões são recursos financeiros provenientes da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, que impacta a conta "Caixa e Equivalente de Caixa" no Balanço Patrimonial e viabiliza o pagamento de despesas obrigatórias e discricionárias ao longo do exercício.

Em 2024 o grupo de contas "Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar" registra aumento de 163,92% em relação ao ano anterior. Tal acréscimo está associado aos empenhos inscritos em restos a pagar processados, em especial, ao valor de aproximadamente R\$ 13,7 milhões recebidos da Companhia



Nacional de Abastecimento (CONAB) oriundo de TED 954827 firmado em 2023 para capacitação e aprimoramento institucional da CONAB e de cooperativas e associações de agricultores familiares do Brasil para o Mercado de Créditos de Carbono.

Ainda pode se destacar o montante de R\$ 7,2 milhões recebidos para pagamentos de restos a pagar em cumprimento ao TED 947224 firmado em maio de 2023 junto ao Ministério da Saúde, cujo objeto é a execução do projeto “*EPICOVID 2.0: inquérito nacional para real dimensão da pandemia de covid-19 no Brasil*”, com vigência até 31/12/2025.

Em relação a Movimentações de Saldos Patrimoniais, que evidencia os bens e valores recebidos decorrentes de transferências de outras unidades gestoras, o saldo ao final de 2024 apresenta variação positiva 5.492,71% em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Essa substancial variação é consequência da Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), a qual alterou a forma como os DARF's são gerados para realização dos recolhimentos de tributos.

Até o exercício de 2023, os DARF's eram gerados no próprio SIAFI, a partir do exercício de 2024 os DARF's são gerados após a entrega da DCTF-WEB no sítio eletrônico da Receita Federal, com isso, os denominados “DARF's Numerados” passam a ser contabilizados na conta de VPA “Movimentações de Saldos Patrimoniais” quando são efetivamente pagos, já que tais pagamentos de passivo tributário não utilizam recursos financeiros da conta “Caixa e Equivalente de Caixa” do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

#### Nota 17 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

O saldo das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) atingiu a quantia de R\$ 1,09 bilhão ao final do ano de 2024, saldo 10,22% superior ao apurado no período de 2023. Dentre as principais contas que contribuíram para essa elevação, destacam-se o grupo de contas “Remuneração de Pessoal” que registra acréscimo de 42,69% (cerca de R\$ 27,2 milhões) no exercício de 2024 em relação ao ano anterior, seguida do grupo de “Incorporação de Passivos”, segunda maior variação positiva (cerca de R\$ 21,2 milhões) verificada nas Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

No tocante ao saldo de VPD do grupo de contas de “Pessoal e Encargos”, a variação positiva de 42,69% apurada em 2024 em relação ao exercício anterior é gerada por aumento de benefícios obrigatórios pagos a servidores e aumento de remuneração por titulações. Os principais grupos de contas da VPD são descritos com maior detalhamento posteriormente.

Sobre o aumento no saldo com incorporação de passivos, ressaltam-se os repasses financeiros recebidos para execução de Termos de Execução Descentralizada. Em especial, o montante de R\$ 13,7 milhões da CONAB, bem como os repasses financeiros recebidos da Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Saúde da ordem de R\$ 8,7 milhões, já mencionados anteriormente.

A tabela 28 demonstra a VPD com as contas contábeis mais representativas do grupo Pessoal e Encargos:

**Tabela 28 – VPD Pessoal e Encargos Sociais - composição R\$ 1,00**

Conta Contábil	2024	2023	AH%
GRATIFICACOES	184.716.276,57	175.394.947,61	5,31
VENCIMENTOS E SALARIOS	174.520.609,04	164.278.006,99	6,23
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	95.776.354,70	92.152.703,08	3,93
FERIAS - RPPS	44.165.835,00	42.057.800,36	5,01
13. SALARIO - RPPS	33.725.635,36	32.912.699,98	2,47
AUXILIO ALIMENTACAO	27.844.629,91	18.372.587,57	51,56
VENCIMENTOS E SALARIOS	13.479.563,96	10.271.941,18	31,23
ABONOS	7.026.928,10	6.423.149,64	9,40
SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	6.149.535,65	5.401.875,34	13,84
ADICIONAIS	5.827.840,37	5.540.016,79	5,20
CONTRIBUICAO PARA O PASEP S/ FOLHA PAGAMENTO	4.748.552,97	4.495.644,65	5,63
CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	3.166.995,32	2.350.306,13	34,75
COMPLEMENTACAO DE PREVIDENCIA	2.012.070,45	1.753.756,10	14,73
AUXILIO CRECHE	1.745.275,98	1.383.710,05	26,13

DEMAIS VPD'S PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.145.981,64	4.317.439,38	19,19
<b>Total</b>	<b>610.052.085,02</b>	<b>567.106.584,85</b>	<b>7,57</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

Os dados da Tabela 28, indicam que o grupo de contas "Pessoal e Encargos Sociais" apresenta acréscimo líquido no saldo de R\$ 42,9 milhões no período em comparação ao exercício anterior. Um dos principais fatores para esse aumento, é a elevação nos gastos com Vencimentos e Salários (cerca de R\$ 10,2 milhões), bem como pelo aumento de 51,56% no saldo com Auxílio Alimentação ao término do exercício de 2024 em comparação ao ano anterior.

No que tange a rubrica de "Gratificações", é considerada a conta mais significativa dentro do grupo de "Pessoal e Encargos Sociais", representando 30,28% do total das despesas dessa natureza. As "Gratificações" englobam funções como exercício de cargo, exercício de funções, tempo de serviço, incentivo à qualificação e exercício de cargo em comissão, entre outras. Entre elas, destaca-se a "Retribuição por Titulação" (RT) como a mais relevante na composição desse tipo de gasto, atingindo montante de R\$ 142 milhões no período. Importa ressaltar que a "Retribuição por Titulação" (RT) é paga aos docentes da carreira do Magistério Superior, de acordo com sua jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada.

O segundo grupo de contas de maior impacto na Variações Patrimoniais Diminutivas, é "Benefícios Previdenciários e Assistências. Seu saldo representa 26,61% das VPD's incorridas no ano de 2024, com saldo superior a R\$ 294 milhões contabilizados.

A seguir é apresentada a tabela 29, com as principais contas que compõe o saldo do grupo "Benefícios Previdenciários e Assistências" no exercício 2024.

**Tabela 29 – VPD Benefícios Previdenciários e Assistências – composição R\$ 1,00**

CONTA CONTÁBIL	2024	2023	AH%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	195.043.253,70	187.243.822,41	4,17
PENSOES CIVIS	37.852.818,19	35.820.762,31	5,67
GRATIFICACOES	19.117.365,49	18.780.426,97	1,79
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	18.270.893,98	17.912.439,64	2,00
ASSISTENCIA A SAUDE	10.008.208,42	7.179.141,50	39,41
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	9.206.490,27	9.182.747,56	0,26
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	3.224.800,42	3.110.061,74	3,69
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS APOSENTADOS	462.868,65	30.259,28	1.429,68
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	419.765,72	428.803,61	(2,11)
PENSOES INDENIZATORIAS - LEGISLACAO ESPECIAL	374.815,08	364.499,12	2,83
AUXILIO FUNERAL	300.357,55	338.900,66	(11,37)
AUXILIO NATALIDADE	24.752,92	30.101,30	(17,77)
<b>TOTAL</b>	<b>294.306.390,39</b>	<b>280.421.966,10</b>	<b>4,95</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

De acordo com a tabela 29, o grupo de VPD Benefícios Previdenciários e Assistenciais evoluiu 4,95% no saldo líquido, correspondendo a uma variação positiva de R\$ 13,8 milhões em relação ao exercício anterior. A conta de "Proventos – Pessoal Civil" de servidores aposentados do RPPS representa 66,27% do total do grupo de VPD Benefícios Previdenciários e Assistenciais, ademais registra aumento de gasto de 4,17% em relação ao exercício 2023. No mesmo sentido, a rubrica de Pensões Civis, apresenta alta de 5,67% em comparação ao exercício de 2023.

No tocante aos proventos de pessoal civil, embora registre aumento no gasto da ordem de R\$ 7,7 milhões houve baixa variação no volume de servidores aposentados, visto que no período de 2024 são computados 1.751 servidores aposentados, enquanto que no ano anterior eram 1.764 servidores inativos. Nesse aspecto, o aumento no gasto com esse grupo de servidores é reflexo da Medida Provisória 1.170/23, que determinou reajuste linear de 9% para todos os servidores federais civis, incluindo aposentados e pensionistas, a partir de maio de 2023.

## **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

O grupo de contas contábeis “Uso de Bens, Serviços e Cons. De Capital Fixo”, abrange o somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas com manutenção e custeio das atividades da instituição, excetuando as despesas com pessoal e encargos, que são registradas em grupos específicos, como já descritos anteriormente na presente nota explicativa.

A seguir é apresentada a tabela com as principais contas que compõe o grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”.

**Tabela 30 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – composição R\$ 1,00**

Conta Contábil	2024	2023	AH%
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	43.200.128,08	27.848.534,65	55,13
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	9.147.469,81	10.280.504,40	(11,02)
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	6.076.844,25	4.341.744,91	39,96
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	4.240.662,42	4.596.972,26	(7,75)
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	2.934.347,73	3.160.198,18	(7,15)
SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED.-PJ	1.372.811,04	1.285.774,21	6,77
DIARIAS	1.201.182,93	840.581,54	42,90
SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	988.648,19	570.104,67	73,42
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	969.105,53	733.677,54	32,09
SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PJ	810.819,80	614.982,32	31,84
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS - PF	784.127,11	527.517,79	48,64
SERV.AGUA ESGOTO,ENER.EL.,GAS E OUTR.-PJ-MUN	755.257,28	662.788,69	13,95
DEMAIS VPD'S COM BENS, SERVIÇOS E BENS DE CAPITAL	1.887.270,17	1.364.798,65	38,28
<b>Total</b>	<b>74.368.674,34</b>	<b>56.828.179,81</b>	<b>30,87</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

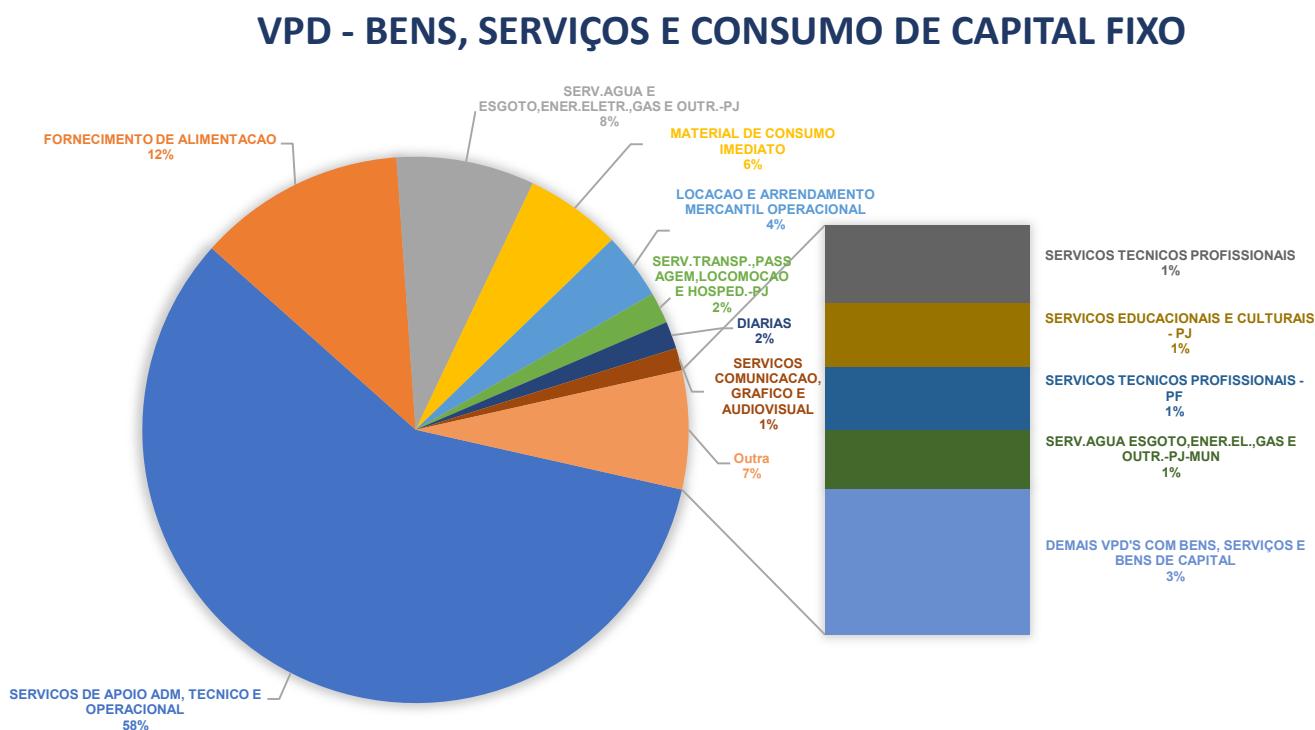
De acordo com a Tabela 30, o montante de VPD relacionado ao "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" é R\$ 17,5 milhões superior ao do registrado no ano anterior, aumento influenciado, sobretudo, pelos gastos com serviços. Nesse sentido, a VPD com "Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional" apresenta elevação de 55,13% no exercício de 2024 em comparação com 2023. Isso é ocasionado pelas despesas antecipadas com repasses efetuados a fundação de apoio em 2023 e parte de 2024; e que foram devidamente apropriadas pelo regime de competência pelo montante de R\$ 10,7 milhões no período contratual correspondente.

Outro gasto que contribuiu para elevação do grupo “Outras Despesas Correntes” é a locação de mão de obra (serviços terceirizados), que no ano de 2024 registra liquidações da ordem de R\$ 30,3 milhões, enquanto que no ano de 2023 o montante contabilizado é de R\$ 24,8 milhões para essa natureza de despesa. O serviço de apoio administrativo, técnico e operacional, registrou a maior variação em 2024, cerca de R\$ 4,4 milhões, atingindo o saldo acumulado de R\$ 16,1 milhões.

Destaca-se ainda, o aumento de custo com o grupo de "Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" a VPD relacionada ao "Serv. Agua e Esgoto, Ener. Eletr., Gás e Outr.- Pj", especialmente, o gasto com serviços de água e esgoto, visto que o abastecimento das instalações do Capão do Leão, a partir de 2024, passa a ser realizado pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Em razão disso, a VPD de "Serv. Agua e Esgoto, Ener. Eletr., Gás e Outr.- Pj" incorpora aos seus registros, os gastos com serviços de água e esgoto dos prédios localizados no Capão do Leão, que no ano de 2024 contabiliza saldo de R\$ 1,2 milhão em consumo para estes serviços.

A seguir é apresentado o gráfico 03, que demonstra as principais contas que compõe a VPD de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:

**Gráfico 3 - Principais VPD's de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo 2024**



Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

#### Nota 18 - Resultado Patrimonial do Período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio em cada exercício financeiro, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão utilizados para a consecução das suas políticas públicas e indica o resultado patrimonial do exercício, que é agregado ao Patrimônio Líquido - PL no grupo de "Resultados Acumulados" do item Resultado do Exercício no Balanço Patrimonial. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio, à exceção dos fatos permutativos e dos ajustes de exercícios anteriores (que têm como contrapartida o PL, sem transitar pelo resultado).

Nesse sentido, a UFPEL ao término de 2024 apresenta resultado patrimonial positivo de R\$ 14 milhões, em função das variações patrimoniais diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos) terem sido inferiores as variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos) conforme ilustrado na tabela a seguir.

**Tabela 31 – DVP: Resultado patrimonial do período – Composição R\$1,00**

Demonstração Variações Patrimoniais	2024	2023	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.106.053.443,79	971.728.587,49	13,82
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	-1.091.979.199,54	-990.698.571,98	10,22
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>14.074.244,25</b>	<b>-18.969.984,49</b>	<b>-174,19</b>

Fonte: SIAFI 2024

Com base na tabela 31, pode-se inferir que o resultado superavitário está associado ao crescimento de 13,82% das Variações Patrimoniais Aumentativas contra o crescimento de 10,22% do saldo das Variações Patrimoniais Diminutivas. As VPA's foram impactadas, sobretudo, pelo aumento de recebimentos de transferências intragovernamentais, bem como pelo ganho com desincorporação de passivo. Cabe destacar

que esse resultado do exercício superavitário de R\$ 14 milhões é evidenciado diretamente no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial.

### 3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC

#### Nota 19 - Ingressos de Caixa

A União, por adotar o princípio da unidade de caixa (Conta Única), tem a geração líquida de caixa e equivalente de caixa apresentada na Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) e o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

A partir dessa premissa, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa gerada nas atividades de Operações, Investimento e Financiamento em 2024 é positiva em R\$ 7,4 milhões, saldo 21,64% superior ao apurado no exercício anterior, justificado pelo saldo maior do caixa e equivalente caixa final em 2024 em relação ao exercício de 2023. Na sequência, é demonstrado a tabela 31 com os saldos iniciais e finais de caixa e equivalente de caixa.

**Tabela 32 – Geração de Caixa e Equivalente de Caixa – Saldo Inicial e Final – composição R\$ 1,00**

RESULTADO FINANCIERO BF X DFC	2024	2023	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	64.748.832,69	58.593.612,54	10,50
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	72.235.957,43	64.748.832,69	11,56
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>7.487.124,74</b>	<b>6.155.220,15</b>	<b>21,64</b>

Fonte: SIAFI 2024.

A tabela 32 demonstra a variação positiva de 21,64% na geração líquida de caixa entre os exercícios de 2024 e 2023. Considerando que o saldo de caixa e equivalente de caixa inicial apresentou aumento de 10,50%, o caixa e equivalente de caixa final variou 11,56% em comparação com o exercício de 2023, o que é atribuído pelo maior recebimento de recursos financeiros das atividades operacionais, cujos ingressos superaram os desembolsos em R\$ 14,2 milhões.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, verifica-se diminuição de 9,38% nos desembolsos com aquisições de ativo não circulante. Essa redução está associada aos desembolsos com obras e instalações, visto que em 2024 os pagamentos efetuados totalizaram R\$ 4,6 milhões em 2024, enquanto que no período de 2023 o saldo acumulado é de R\$ 5,3 milhões.

A variação positiva de 1,01% do fluxo de caixa das atividades operacionais indica estabilidade na geração de caixa desse tipo de fluxo. Isso é atribuído, sobretudo, pelo crescimento de R\$ 107 milhões no saldo do grupo de contas “Transferências Financeiras Recebidas”. Contribuiu ainda para a geração de caixa positiva, os ingressos extraorçamentários, que registraram aumento de R\$ 7,1 milhões em comparação com o exercício anterior.

Em relação aos desembolsos, a principal conta é “Pessoal e Demais Despesas”, que contabiliza saídas de caixa da ordem de R\$ 916 milhões, montante 13,67% (cerca de R\$ 110 milhões) superior ao registrado em 2023. Embora seja significativa o aumento com desembolso para pagamento de pessoal e demais despesas, essa elevação de gasto não afetou a geração de caixa positiva do fluxo de caixa de atividades operacionais ao fim do exercício de 2024.

Na sequência, são apresentadas a descrição das atividades que contribuem para a formação de caixa do e equivalente de caixa da instituição.

**Atividades operacionais:** compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

**Atividades de investimento:** estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de

capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

**Atividades de financiamento:** compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

A seguir é apresentada os fluxos de caixa por atividades, que contribuem para o aumento na formação de caixa do órgão, conforme tabela transcrita a seguir:

**Tabela 33 – Geração de Caixa e Equivalente de Caixa por Atividades – composição R\$ 1,00**

ATIVIDADES	2024	2023	AH%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	14.283.414,54	14.140.653,61	1,01
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.796.289,80	-7.985.433,46	-14,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.487.124,74</b>	<b>6.155.220,15</b>	<b>21,64</b>

Fonte: SIAFI 2024.

### Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

No tocante aos ingressos, destaca-se o grupo de conta denominado “Outros Ingressos Operacionais”, o qual representa 99,87% das entradas de caixa, totalizando um montante de R\$ 1,07 bilhão. Dentre as contas que compõe esse grupo, salienta-se “Transferências Financeiras Recebidas” (já citada anteriormente) cujos ingressos, comumente, são oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC.

Tais recursos financeiros são destinados para pagamentos de despesas orçamentárias e extraorçamentárias (Restos a Pagar) do ano corrente, bem como pagamento de compromissos assumidos em exercícios anteriores. Nesse aspecto, 94,73% (cerca de R\$ 1 bilhão) são recursos de repasses recebidos para execução orçamentária do ano corrente e 5,26% (cerca de R\$ 55 milhões) são recursos utilizados no pagamento de restos a pagar.

A seguir, é apresentada a tabela 34 elencando as receitas denominadas “próprias”, ou seja, aquelas que são arrecadadas diretamente pela instituição:

**Tabela 34 – Receitas Originárias e Derivadas – composição R\$ 1,00**

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	2024	2023	AH%
Receita Patrimonial	234.319,30	147.525,47	58,83
Receita Agropecuária	210,00	2.184,84	0,00
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	917.731,84	1.757.758,14	-47,79
Remuneração das Disponibilidades	4.836,73	16.448,69	-70,60
Outras Receitas Derivadas e Originárias	168.737,84	369.931,88	-54,39
Transferências Recebidas	105.218,89	127.825,64	-17,69
<b>TOTAL</b>	<b>1.431.054,60</b>	<b>2.421.674,66</b>	<b>-40,91</b>

Fonte: SIAFI 2024.

Os dados da tabela 34 demonstra os ingressos provenientes de receitas denominadas “próprias” da UFPEL que impactam o saldo de caixa e equivalente de caixa ao longo de 2024. O saldo destas entradas de caixa registra queda de 40,91% em relação ao exercício anterior, influenciada principalmente, com as “Receitas de Serviços”, que diminuíram 47,79% no ano de 2024 em comparação ao exercício de 2023. Importa ressaltar, que tais receitas correspondem aos ingressos originados de serviços administrativos e comerciais gerais, taxa de inscrição em processos seletivos, serviços de informática e tecnologia, as quais são detalhadas nas notas explicativas do Balanço Orçamentário.

Das receitas listadas, apenas a Receita Patrimonial apresenta variação positiva no exercício de 2024. O aumento de 58,83% é resultado de uma arrecadação maior com aluguéis e arrendamentos como pode ser observado no Balanço Orçamentário.

## Nota 20 – Desembolsos

Os desembolsos na Demonstração do Fluxo de Caixa são apresentados pela função<sup>1</sup> de governo e não pelo elemento de despesa (categoria econômica) como ocorre no Balanço Orçamentário.

Com base nesse conceito, em 2024 os desembolsos das atividades operacionais (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos) totalizam cerca de R\$ 1,07 bilhão, saldo 11,96% superior ao apurado em 2023. Dentre as áreas de atuação, destaca-se os desembolsos relacionados com a função Educação, que corresponde 57,88% das saídas de caixa e equivalente de caixa nas atividades operacionais.

Na sequência é apresentada a tabela 35 com os desembolsos incorridos nos fluxos de caixa das atividades operacionais de 2024 e 2023:

**Tabela 35 – Desembolsos das Atividades Operacionais – Composição R\$ 1,00**

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023	AH%
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.057.491.005,22</b>	<b>-944.492.552,17</b>	11,96
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-916.411.322,24</b>	<b>-806.181.475,81</b>	13,67
Administração	-11.651,80	-3.300,42	253,04
Previdência Social	-282.715.809,89	-264.167.579,76	7,02
Saúde	-9.076.510,52	-1.587.658,63	471,69
Educação	-612.054.004,07	-536.246.238,78	14,14
Cultura	-550.000,00	-2.500.515,94	-78,00
Direitos da Cidadania	-380.764,73	-	-
Gestão Ambiental	-	-563.437,33	-
Ciência e Tecnologia	-297.565,94	-517.224,34	-42,47
Agricultura	-9.778.006,83	-	-
Organização Agrária	-572.193,38	-230.000,00	148,78
Indústria	-	-3.600,48	-
Desporto e Lazer	-600.000,00	-	-
Encargos Especiais	-374.815,08	-361.920,13	3,56
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-104.853.235,21</b>	<b>-103.253.112,29</b>	1,55
Intragovernamentais	-104.661.120,50	-100.361.277,12	4,28
Outras Transferências Concedidas	-192.114,71	-2.891.835,17	-93,36
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-36.226.447,77</b>	<b>-35.057.964,07</b>	3,33
Dispêndios Extraorçamentários	-2.620.613,46	-312.698,40	738,06
Transferências Financeiras Concedidas	-33.605.619,61	-34.742.352,83	-3,27
Demais Pagamentos	-214,70	-2.912,84	-92,63

Fonte: SIAFI 2024.

Dos desembolsos elencados na tabela 35, a função “Saúde” registra aumento de 471,69% no período em relação ao período de 2023. Essa expansão de gasto, em especial, é associada aos desembolsos com a vigilância epidemiológica, dado o repasse de R\$ 7,2 milhões a Fundação Delfim Mendes Silveira através do contrato 48/2023, cujo objeto consiste no apoio a gestão financeira e administrativa do projeto EPICOVID 2.0 para avaliação da real dimensão da pandemia de Covid-19 no Brasil. Cabe ressaltar, que os recursos são oriundos do Ministério da Saúde, descentralizados através do TED 025/2023, que tem como foco o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS.

Sobre a função “Educação”, é possível detalhar os desembolsos por subfunção, que representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e evidencia cada área da atuação governamental, por intermédio

<sup>1</sup> A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação. Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e Manual Técnico de Orçamento.<http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoesorcamentarias/mto>

da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se agrupam em torno das funções.

A tabela a seguir demonstra os desembolsos por subfunções que compõe a função de Educação:

**Tabela 36 - Subfunções da função educação composição R\$ 1,00**

FUNÇÃO GOVERNO	SUBFUNÇÃO GOVERNO	2024	2023	AH%
EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	44.134,76	35.865,24	23,06
	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	192.806,82	1.206.271,31	(84,02)
	ATENCAO BASICA		1.995.156,26	(100,00)
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	25.763.940,07	25.275.655,61	1,93
	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	41.036.651,31	26.292.618,30	56,08
	ENSINO SUPERIOR	542.119.715,85	481.085.585,72	12,69
	EDUCACAO BASICA	2.896.755,26	1.355.086,34	113,77
<b>TOTAL</b>		<b>612.054.004,07</b>	<b>537.246.238,78</b>	<b>13,92</b>

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.

A partir da Tabela 36, é possível compreender os desembolsos relacionados aos fluxos de caixa das atividades operacionais da função Educação detalhado por subfunção. A subfunção é uma subdivisão da função, que geralmente está relacionada à área ou ao setor típico, embora não se restrinja a eles.

Considerando que a UFPEL realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, os gastos na função educação se concentram, em grande parte, na subfunção de ensino superior. Isso representa 88,57% dos gastos da UFPEL com a função Educação. Ademais, a subfunção ensino superior registra aumento de desembolso de 12,69% no ano de 2024 em relação ao ano anterior. Justifica-se essa variação, principalmente, aos gastos com os vencimentos de servidores ativos, cujo desembolso superou R\$ 423 milhões em 2024, enquanto que no ano de 2023 o desembolso contabilizado é de R\$ 382 milhões.

Contribuíram ainda para elevação de desembolso com a subfunção ensino superior, os valores pagos a título de auxílio financeiro a estudantes. Ao final de 2024 os desembolsos superaram a monta de R\$ 17,9 milhões, elevação de 67,86% no período.

Em relação a subfunção “Proteção e Benefícios ao Trabalhador”, a evolução de 61,31% no saldo é atribuída aos desembolsos com auxílio alimentação, que até o período de 2024 contabiliza montante de R\$ 26,9 milhões, enquanto que no ano de 2023, os pagamentos totalizam R\$ 16,7 milhões. Tal variação tem como influência a Portaria nº 2.797, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), publicada no dia 30 de abril de 2024, que estabeleceu novo valor de auxílio-alimentação, reajustando de R\$ 658,00 para \$ 1.000,00, acréscimo de 52% no benefício pago a servidores ativos civis.

### Nota 21 – Caixa e Equivalente de Caixa Final

No que tange ao caixa e equivalente de caixa final, além de transitar fluxos de caixas utilizados nas atividades operacionais, de investimentos e financiamento, circulam valores no caixa e equivalente de caixa que não estão disponíveis para utilização pela entidade. Esses valores estão vinculados a garantias para cumprimentos contratuais, bem como depósitos retidos de fornecedores. A tabela a seguir demonstra a composição de valores que estão no caixa e equivalente de caixa que não estão disponíveis para uso pela entidade.

**Tabela 37 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Composição R\$ 1,00**

CONTA CONTÁBIL	DEZ/2024	DEZ/2023	AH%
GARANTIAS	4.848.987,19	-	-
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	1.530,00	1.530,00	-
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	13.507,35	64.558,07	(79,08)
<b>TOTAL</b>	<b>4.864.024,54</b>	<b>66.088,07</b>	<b>7.259,91</b>

Fonte: Tesouro Gerencial.



No exercício de 2024, pode-se destacar o saldo de R\$ 4,8 milhões em garantias que é evidenciado por força do Acórdão nº 2.717/2023 do Tribunal de Contas da União, o qual orientou que os valores depositados em contas vinculadas a contratos de serviços contínuos devem ser reconhecidos como ativos da Administração, em contrapartida a um passivo, a exemplo das contas-depósito vinculadas tratadas pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017.